

Índice Global de Complexidade
Corporativa 2026

Competindo para vencer

Compreendendo as pressões que moldam
uma nova era de negócios multijurisdicionais

Índice

Prefácio	3
Introdução	4
O ranking completo de 2026	5
As 10 jurisdições mais complexas deste ano	7
As 10 jurisdições menos complexas deste ano	13
As três principais áreas da administração corporativa	19
Contabilidade e impostos	20
Recursos humanos e folha de pagamento	26
Gestão global de entidades	35
Conclusão	40
Metodologia	41

Prefácio

Atualmente, as empresas estão operando em mais países, mais regulamentações e mais incertezas do que nunca – muitas vezes com menos clareza do que deveriam ter. À medida que as regras se fragmentam e os custos de compliance aumentam, a complexidade se tornou uma das forças mais decisivas na estratégia global.

E, por mais de uma década, o Índice Global de Complexidade Corporativa tem oferecido uma visão simples e objetiva do ambiente operacional para empresas internacionais. O índice reúne mais de 200 pontos de dados por jurisdição e as 81 jurisdições que abrange representam mais de 90% da economia mundial.

O escopo do índice abrange o conjunto de regras para administrar uma empresa dentro de um país – o ônus contábil, jurídico e trabalhista que uma empresa enfrentará. Estes pontos são mais restritos do que o conjunto completo de fatores que poderiam levar uma empresa a investir em um país, como as regras e tarifas do comércio internacional ou considerações locais mais amplas, como a oportunidade de mercado, infraestrutura e estado de direito. No entanto, ele captura os custos e riscos reais de fazer negócios em um país que precisam ser gerenciados, já que as organizações multinacionais enfrentam decisões diárias sobre onde alocar tanto seus recursos financeiros quanto humanos.

O índice foi concebido para ser um guia detalhado e útil sobre o que esperar, de forma a evitar o risco de não compliance, com os dados disponibilizados como um bem público. Também esperamos que ele incentive governos de todo o mundo a buscarem melhorar sua classificação, lidando com qualquer burocracia desnecessária que ofereça poucos benefícios para a sociedade e que simplesmente dificulte a operação de empresas locais e internacionais em suas jurisdições.

Há algumas tendências importantes em destaque neste ano, muitas das quais foram proeminentes no relatório do ano passado e continuam em 2026. Em primeiro lugar, muitas empresas estão expandindo, impulsionadas pelo desejo de diversificar o risco de concentração nos EUA, evidenciado pela política tarifária, e pela ampliação das oportunidades econômicas refletidas em muitos novos acordos comerciais, como o UE-Mercosul e UE-Índia. Ao mesmo tempo, o conjunto de regras em muitos países está se tornando mais oneroso. Isso reflete

tanto a fragmentação geopolítica, que está produzindo regimes regulatórios cada vez mais díspares, quanto uma tendência à rápida introdução de regras em resposta à pressão política, muitas vezes sem orientação suficiente ou aplicação consistente.

Embora vá além do escopo do índice, o relatório também analisa como as empresas gerenciam a complexidade. Se sua trajetória de negócios as obriga a lidar com um número crescente de países com complexidade cada vez maior, as empresas ainda podem agir para reduzir a complexidade interna em seus processos de gestão. Observamos níveis muito variados de complexidade na forma como as empresas são estruturadas para um determinado nível de abrangência geográfica – o número de entidades legais e a forma, frequentemente fragmentada, como são gerenciadas. Diante do alto nível de incerteza que as empresas enfrentam atualmente – no momento da redação deste relatório, os desafios gêmeos de uma revolução impulsionada pela IA e das tensões geopolíticas globais – a simplificação estrutural também representa uma fonte de maior flexibilidade e uma oportunidade de adaptação conforme as circunstâncias exigirem.



Mark Weil
CEO da TMF Group

Introdução

O Índice Global de Complexidade Corporativa (Global Business Complexity Index – GBCI) e suas observações complementares oferecem uma visão clara e baseada em dados sobre os desafios que as empresas enfrentam ao expandir e operar internacionalmente. Em um mundo onde as expectativas regulatórias mudam rapidamente e as pressões operacionais se intensificam em todas as funções, conhecer os fatores que interferem na complexidade é essencial. Nossos rankings anuais traduzem o cenário global em uma análise estruturada de 81 jurisdições, revelando os fatores que tornam a expansão simples ou complexa em cada uma delas – apresentando dados indispensáveis para lidar com um mundo que tem pouca margem para erros. Desenvolvido com base em 292 indicadores que abrangem legislação, compliance, normas contábeis e fiscais, recursos humanos e requerimentos de folha de pagamento, o GBCI oferece um ranking abrangente dos ambientes corporativos mais e menos complexos do mundo.

Para organizações que estão avaliando novos mercados ou gerenciam operações em múltiplas jurisdições, o GBCI serve como um ponto de referência importante. Ele destaca onde a complexidade gera atritos, onde a digitalização está diminuindo os obstáculos e onde as mudanças regulatórias estão tendo o maior impacto. Como parte do foco mais amplo da TMF Group em ajudar empresas globais a expandir com segurança, o GBCI transforma a complexidade em clareza – apoiando líderes na adaptação a novas jurisdições e no desenvolvimento de estratégias internacionais resilientes. Em um mundo cada vez mais interconectado e imprevisível, o GBCI reforça uma verdade fundamental: embora a complexidade seja inevitável, com o conhecimento certo, ela pode ser compreendida, gerenciada e superada.

O ranking completo de 2026

2026 2025 2024 2023 2022

1	—	Grécia	1	1	2	6
2	↑	México	3	4	4	4
3	↑	Brasil	6	7	3	1
4	↓	França	2	2	1	2
5	↓	Turquia	4	6	6	7
6	↓	Colômbia	5	3	5	5
7	↑	Estado Plurinacional da Bolívia	8	5	9	9
8	↓	Itália	7	8	8	8
9	↑	Argentina	11	12	10	12
10	↑	Peru	13	9	7	3
11	↓	Cazaquistão	9	10	23	24
12	—	Paraguai	12	13	19	19
13	↑	Índia	18	33	33	25
14	↑	Bélgica	16	14	13	17
15	↓	Indonésia	14	16	11	11
16	↑	Ucrânia	29	24	17	31
17	↓	China Continental	10	11	15	14
18	↑	Emirados Árabes Unidos	39	40	53	61
19	↓	Polônia	15	18	12	10
20	—	Chile	20	21	14	15

2026 2025 2024 2023 2022

21	↓	Croácia	19	17	20	34
22	↓	Espanha	17	15	41	39
23	↑	Rússia	28	35	36	32
24	↑	Uruguai	27	26	35	27
25	↓	Portugal	21	25	38	37
26	↑	Equador	30	30	40	
27	↓	República Bolivariana da Venezuela	22	22	22	21
28	↓	Malásia	25	29	21	22
29	↓	Romênia	24	20	24	33
30	↓	Coreia do Sul	23	19	16	16
31	↓	Filipinas	26	34	31	30
32	↓	Eslováquia	31	27	29	29
33	—	Eslovênia	33	31	32	26
34	↓	Hungria	32	23	28	38
35	↓	Alemanha	34	36	25	20
36	—	Áustria	36	32	34	23
37	↓	Sérvia	35	41	42	41
38	↓	Egito	37	28	30	
39	↑	Bulgária	40	43	55	50
40	↓	Arábia Saudita	38	37	Nova	Nova

2026			2025	2024	2023	2022
41	↑	Vietnã	54	49	46	42
42	—	Panamá	42	39	27	35
43	↑	El Salvador	46	50	44	44
44	—	Catar	44	48	58	55
45	↑	Austrália	47	58	60	65
46	↓	Guatemala	45	44	37	36
47	↑	Singapura	48	47	59	58
48	↑	Suíça	52	56	62	60
49	↑	Luxemburgo	59	64	66	57
50	↑	Taiwan, ROC	51	52	54	43
51	↑	Tailândia	56	54	52	49
52	↓	Nicarágua	50	53	26	18
53	↓	Suécia	41	42	39	13
54	↓	Japão	43	38	43	51
55	↓	República Dominicana	53	46	18	28
56	↓	Finlândia	55	55	50	46
57	—	Lituânia	Nova	Nova	Nova	Nova
58	↓	Canadá	49	45	48	52
59	↑	Irlanda	61	67	57	54
60	↓	Israel	57	59	63	64
61	↑	Guernsey	67	65	61	66

2026			2025	2024	2023	2022
62	↑	Noruega	65	66	67	69
63	↓	Costa Rica	58	51	45	45
64	↓	África do Sul	60	57	51	48
65	↓	Honduras	66	60	47	47
66	—	Letônia	Nova	Nova	Nova	Nova
67	↓	Ilhas Maurício	62	61	64	62
68	↓	Chipre	63	62	56	53
69	↓	Reino Unido	68	73	72	68
70	↓	Estados Unidos da América	64	63	68	71
71	↑	Jamaica	73	70	49	59
72	↓	Curaçao	71	78	76	76
73	↓	Malta	69	68	69	67
74	↓	Ilhas Virgens Britânicas	72	71	73	73
75	↓	República Tcheca	70	69	65	63
76	↓	Nova Zelândia	77	75	71	70
77	↓	Holanda	74	74	75	56
78	↓	Hong Kong, RAE	76	76	74	74
79	↓	Jersey	75	72	70	72
80	↓	Dinamarca	78	77	77	75
81	↓	Ilhas Cayman	79	79	78	77

As 10 jurisdições mais complexas deste ano

Todo ano, realizamos uma análise mais profunda nas jurisdições classificadas como mais complexas, identificando os principais fatores em jogo e oferecendo uma visão mais clara sobre as regras locais de atuação.

Jurisdição	Rankings 2026	
Grécia (0)	—	1
México (+1)	↑	2
Brasil (+3)	↑	3
França (-2)	↓	4
Turquia (-1)	↓	5
Colômbia (-1)	↓	6
Bolívia (+1)	↑	7
Itália (-1)	↓	8
Argentina (+2)	↑	9
Peru (+3)	↑	10



– 1. Grécia

A Grécia está mais uma vez classificada como a jurisdição mais complexa do mundo, permanecendo no topo do GBCI pelo terceiro ano consecutivo.

Fazer negócios na Grécia continua sendo desafiador, impulsionado por frequentes mudanças legislativas e reformas regulatórias em andamento em todas as três principais áreas de serviço. Novos requerimentos, como a adoção do sistema de reporte eletrônico MyData para o setor contábil e fiscal, plataformas digitais para a área de recursos humanos e folha de pagamento, bem como mudanças imprevisíveis na área de gestão de patrimônio privado e family offices, contribuem para o cenário de incerteza generalizada.

As empresas frequentemente enfrentam obstáculos práticos, uma vez que os requerimentos variam de acordo com a autoridade responsável e a localização do departamento, especialmente aqueles que envolvem órgãos como o Unified Social Security Institution (Eniaios Foreas Kinonikis Asfalisis – EFKA). Também persiste uma variabilidade significativa na forma como o General Commercial Registry (Geniko Emporiko Mitroo – GEMI) lida com as solicitações. Mudanças frequentes e imprevisíveis forçam as empresas a se adaptarem constantemente, aumentando o risco operacional para empresas estrangeiras.

Mesmo assim, os esforços para alinhar as normas contábeis gregas às IFRS, juntamente com a consolidação das autoridades fiscais na região da Ática, criaram pontos de contato únicos e aprimoraram a eficiência geral.

Medidas recentes destinadas a atrair investimento estrangeiro, como novas leis de fusões e aquisições e incentivos fiscais para pessoas físicas não domiciliadas, também sugerem um comprometimento com a reforma, mesmo que a complexidade continue elevada. Ainda assim, a complexidade corporativa na Grécia permanece entre as mais altas do mundo, e as empresas precisam permanecer atentas para garantir o compliance.



↑ 2. México

O México subiu para o 2º lugar no ranking do GBCI, saindo do 3º lugar em 2025, reforçando sua reputação como uma das jurisdições mais desafiadoras do mundo para empresas estrangeiras.

Empresas estrangeiras enfrentam desafios constantes, marcados por frequentes mudanças regulatórias e exigências administrativas imprevisíveis. As ações discricionárias da autoridade fiscal, as constantes alterações nos requerimentos e as expectativas pouco claras em relação aos padrões internacionais de relatórios aumentam a complexidade. Como resultado, tarefas como abrir contas bancárias e a interação com a autoridade fiscal podem gerar dúvidas e atrasos, dificultando o planejamento estratégico das empresas.

As autoridades mexicanas estão digitalizando a constituição de empresas e as rotinas corporativas, mas ainda exigem presença física ou assinaturas à mão para muitos procedimentos, o que torna o progresso inconsistente. Ao longo dos anos, os legisladores revisaram repetidamente as regulamentações sobre terceirização de RH, gerando confusão constante em relação ao compliance e à prevenção de penalidades. No entanto, uma melhor compreensão e conhecimento das mudanças legais estão ajudando a simplificar a prestação de serviços de folha de pagamento e oferecendo maior segurança às empresas.

As empresas no México estão gradualmente reformulando seus serviços, aprimorando os processos com automação, adotando também os princípios da OCDE e ampliando as ofertas de gestão. Com relação às perspectivas para o futuro, a área contábil e fiscal provavelmente sofrerá as maiores mudanças, com um foco crescente do governo na arrecadação de impostos. Há também benefícios reais a serem obtidos à medida que os governos introduzem sistemas de contabilidade eletrônica, mas com a expectativa de que as autoridades fiscais atualizem as regulamentações regularmente, as multinacionais devem permanecer atentas.



↑ 3. Brasil

O Brasil subiu da 6ª para a 3ª posição no GBCI deste ano.

Um sistema tributário complexo e mudanças frequentes na regulamentação em todas as linhas de serviço aumentam a complexidade na jurisdição, agravada pelas exigências rigorosas de compliance e pelas regras inconsistentes em níveis federal, estadual e municipal. As empresas devem contar com expertise local, principalmente porque os entraves regulatórios frequentemente atrasam a abertura, o registro e o licenciamento de empresas.

Ao longo do último ano, os legisladores introduziram reformas tributárias que impactaram especificamente as empresas estrangeiras e provavelmente implementarão novas mudanças nas áreas contábil e fiscal, de mercado de capitais e de fundos nos próximos 12 meses. Os órgãos reguladores ajustaram as regras tributárias e cambiais, o que, embora simplifique os processos, muitas vezes também adiciona novas camadas de complexidade.

A persistente instabilidade política e econômica é um obstáculo adicional e a expectativa é de que continue levando os investidores a realizar análises extremamente detalhadas e a adotar medidas rigorosas de mitigação de riscos antes de ingressar no mercado brasileiro. Apesar desses desafios, autoridades e empresas continuam progredindo ao adotar tecnologias como assinaturas digitais e registro eletrônico, que gradualmente aliviam as pressões administrativas e agilizam processos que antes eram manuais e demorados.



↓ 4. França

A França passou da 2ª para a 4ª posição no ranking de complexidade de 2026, saindo do grupo dos dois primeiros colocados pela primeira vez em quatro anos. Embora isso indique um modesto progresso, as empresas multinacionais continuam enfrentando grandes desafios no país.

A densidade regulatória, os requerimentos linguísticos, a grande carga administrativa e as rigorosas e contínuas obrigações de compliance criam obstáculos à entrada efetiva no mercado. Esses fatores dificultam a abertura de empresas, especialmente para aquelas que não dominam o idioma francês e para as que não possuem representantes locais. Embora as autoridades tenham introduzido o faturamento eletrônico obrigatório e simplificado o registro de funcionários para melhorar gradualmente os processos, as empresas continuam enfrentando dificuldades e incorrendo em custos de adaptação à medida que se ajustam a esses sistemas em constante evolução.

Os legisladores estão remodelando o cenário através de reduções progressivas do IVA e da introdução do imposto mínimo global do Pillar Two da OCDE, o que gera tanto oportunidades como novos requerimentos operacionais. Prevê-se que as auditorias e os relatórios em tempo real se intensifiquem na área contábil e fiscal no próximo ano, aumentando a demanda por suporte especializado.

Os rigorosos requerimentos de KYC para os bancos dificultam o processo de abertura de contas, enquanto as empresas também têm de lidar com sistemas complexos de processamento de salários. Os legisladores franceses também impuseram novas regras de transparência e leis trabalhistas mais abrangentes, o que aumenta as exigências de compliance para as equipes de RH. Apesar desses obstáculos, as autoridades digitalizaram e simplificaram alguns aspectos, como as declarações sobre novos funcionários aos órgãos de previdência social, tornando essas tarefas mais simples e imediatas.



↓ 5. Turquia

A Turquia passou da 4ª para a 5ª posição no GBCI de 2026, mantendo sua posição como um mercado altamente complexo.

Os órgãos reguladores frequentemente introduzem novas regras fiscais com pouco tempo de aviso prévio, o que exige que as empresas se adaptem rapidamente. No último ano, as empresas lidaram com as incertezas em torno da contabilização da inflação, gerenciaram o compliance de acordo com o Pillar Two e os requerimentos de imposto corporativo mínimos e responderam à nova antecipação do imposto de renda corporativo do último trimestre. Fazer negócios na Turquia significa enfrentar os requerimentos obrigatórios de idioma turco para conduzir processos oficiais, enquanto as autoridades também exigem uma grande quantidade de documentos impressos e assinaturas à mão.

O sistema de imposto de renda cumulativo e progressivo da Turquia continua adicionando desafios na área de RH e folha de pagamento, elevando a carga administrativa tanto para empregadores quanto para funcionários. Enquanto isso, requerimentos restritos de KYC nos bancos tornam a abertura de contas bancárias um processo demorado para as empresas.

No entanto, a Turquia está dando passos em direção à simplificação. Ferramentas digitais, como envios eletrônicos de impostos e previdência social, além de faturas eletrônicas, aumentam a eficiência, principalmente para especialistas locais, uma vez que problemas relacionados ao idioma e ao compliance permanecem. Ao mesmo tempo, taxas de câmbio mais elevadas tornaram a mão de obra mais acessível para investidores internacionais, e reformas como períodos estendidos de pagamento de capital para LLCs e incentivos para P&D e zonas francas estão tornando a Turquia um local mais atrativo para fazer negócios.



↓ 6. Colômbia

A Colômbia ocupa o 6º lugar no GBCI 2026, uma ligeira melhora em relação ao 5º lugar registrado em 2025. A jurisdição permanece entre as dez primeiras, reforçando os persistentes e importantes desafios enfrentados por empresas estrangeiras ao operar no país.

O cenário é complexo. Os reguladores colombianos atualizam frequentemente a legislação fiscal, incluindo as regras de VAT e políticas voltadas para indivíduos de alto patrimônio, o que significa que as empresas estrangeiras devem se adaptar rapidamente. Além dessas mudanças, as autoridades exigem registros anuais e divulgações detalhadas de stakeholders, aumentando as demandas contínuas de governança e gestão de entidades. As empresas também precisam lidar com leis trabalhistas complexas, contribuições obrigatórias para a previdência social e altos pagamentos de indenizações por rescisão.

No entanto, a digitalização está simplificando os processos de reporte fiscal e de registro de empresas. Autoridades do governo estão propondo incentivos direcionados para as áreas de tecnologia e energia renovável, investindo no desenvolvimento da força de trabalho e criando iniciativas para atrair investidores de alto patrimônio.

Ainda assim, mesmo com reformas contínuas destinadas a reduzir a complexidade e atrair investidores estrangeiros, as empresas ainda precisam cumprir padrões exigentes de compliance e reporte, particularmente para gestão fiscal e patrimonial. Um aumento no salário-mínimo deve afetar a área de RH e a folha de pagamento no próximo ano. Com a aproximação das eleições para o Congresso e a Presidência em 2026, a incerteza política também tende a se intensificar.

À medida que a Colômbia busca se modernizar e atrair investimentos, as mudanças nas regulamentações, os desdobramentos políticos e as alterações nas políticas trabalhistas exigem que as empresas estrangeiras permaneçam flexíveis e atentas.



↑ 7. República Plurinacional da Bolívia

A Bolívia agora ocupa a 7ª posição em termos de complexidade de mercado, subindo do 8º lugar, o que reforça a manutenção da complexidade na jurisdição.

Um novo governo traz esperança de melhorias graduais em toda a jurisdição, mas as empresas continuam enfrentando obstáculos burocráticos e lidando com respostas lentas das autoridades locais. A escassez contínua de dólares americanos é uma complicação central para as empresas que gerenciam questões contábeis e fiscais, impactando as operações financeiras e o planejamento. O progresso tecnológico limitado faz com que as empresas ainda dependam de processos manuais, e exigências físicas geram obstáculos no momento da constituição de empresas.

Embora o novo governo esteja introduzindo medidas corretivas para enfrentar a escassez de dólares, as empresas ainda não perceberam melhorias tangíveis. A adoção limitada de operações virtuais também continua prejudicando a eficiência, portanto, as empresas devem permanecer atentas, investir para permanecer em compliance com as leis locais e estar preparadas para lidar com obstáculos processuais contínuos.

O ritmo das mudanças provavelmente permanecerá gradual à medida que a nova administração se estabelece, e as empresas devem esperar que todas as linhas de serviço sejam afetadas. De maneira geral, a complexidade persistente torna o mercado boliviano menos atrativo, de modo que as empresas devem continuar se preparando para lidar com atrasos operacionais e flexibilidade limitada.



↓ 8. Itália

A Itália continua sendo uma das jurisdições mais complexas para empresas estrangeiras, passando para a 8ª posição (melhorando com relação à 7ª posição de 2025) no GBCI deste ano.

Mudanças legislativas constantes e altas demandas de compliance tornam as operações complexas em todas as linhas de serviço. Na área contábil e fiscal, as autoridades introduzem regularmente novas regras, como o faturamento eletrônico digital, e impõem extensas obrigações de prevenção à lavagem de dinheiro e registros obrigatórios, especialmente sob a AMLD6/AMLR da UE e o Decreto Legislativo 231/2001. A densa e imprevisível burocracia exige que as empresas obtenham escrituras notariais, compareçam a reuniões presenciais e obtenham códigos fiscais italianos e registros de IVA.

A legislação trabalhista e de folha de pagamento italiana também impõe grandes demandas aos empregadores, uma vez que a mudança de padrões relacionadas ao trabalho remoto, acordos coletivos obrigatórios e regras complexas de previdência social exigem atenção constante. O novo Projeto de Lei do Trabalho (Disegno di Legge Lavoro) aumenta ainda mais a complexidade ao exigir acordos formais de trabalho remoto e notificações mais rigorosas.

Reformas recentes estão simplificando o ingresso no mercado, como a digitalização de documentos, processos simplificados de fusões e aquisições e estruturas fiscais cooperativas. As leis orçamentárias de 2025/26 introduzem incentivos fiscais significativos e decisões fiscais vinculativas para grandes investidores. Os incentivos à contratação também foram ampliados, com o "Milleproroghe" de 2026 estendendo créditos fiscais sobre a folha de pagamento para grupos-chave, enquanto isenções e cotas expandidas (incluindo quase 165.000 trabalhadores estrangeiros) tornam o crescimento da força de trabalho e o investimento setorial mais acessíveis.

Com relação às perspectivas para o futuro, os empregadores na Itália devem se preparar para grandes mudanças na área de RH e folha de pagamento, à medida que a IA, a automação e as novas regras da UE reformulam o compliance. As autoridades também pretendem introduzir a fiscalização baseada em nuvem em 2026, transformando ainda mais os procedimentos contábeis e fiscais.



↑ 9. Argentina

A Argentina ocupa a 9ª posição geral no ranking deste ano, subindo com relação à 11ª posição registrada em 2025. Esse movimento em direção ao top 10 destaca os desafios persistentes que as empresas estrangeiras encontram dentro da jurisdição.

O ambiente corporativo continua exigente. Os reguladores seguem introduzindo mudanças imprevisíveis e é provável que aumentem a demanda por compliance regulatório no próximo ano. As frequentes atualizações legais forçam as empresas a revisar constantemente os processos locais, elevando o risco operacional e enfatizando a necessidade de expertise especializada local.

Após as eleições, os legisladores podem flexibilizar as exigências regulatórias. Somadas a uma queda na inflação desde 2025, essas mudanças poderiam atrair novos investimentos. Se concretizadas, tanto a redução da inflação quanto qualquer diminuição na pressão regulatória impactariam positivamente os negócios internacionais.

No entanto, diversas complexidades fundamentais persistem. As restrições cambiais complicam as operações comerciais. E mesmo com o aumento da possibilidade de flexibilização regulatória, a instabilidade regulatória continua representando um desafio para as empresas que fazem negócios na Argentina. Mudanças imprevisíveis nas regulamentações locais e controles cambiais persistentes continuam sendo obstáculos significativos para as empresas que operam neste mercado.



↑ 10. Peru

O Peru retorna ao top 10 em 2026, subindo da 13ª posição em 2025 para se tornar a 10ª jurisdição mais complexa do Índice.

A digitalização contínua em todas as linhas de serviço para atender às regulamentações impulsiona grande parte da complexidade do Peru. Sendo assim, na jurisdição, a digitalização é uma faca de dois gumes, trazendo tanto desafios quanto eficiências para as empresas estrangeiras que operam na jurisdição.

Por um lado, à medida que as autoridades lançam novos requerimentos e processos digitais, as empresas devem permanecer ágeis e manter os sistemas de compliance atualizados, o que aumenta a complexidade operacional.

Por outro lado, quando as empresas adotam ferramentas digitais com sucesso, elas podem simplificar os envios, esclarecer obrigações e simplificar as interações com as autoridades, o que impacta positivamente todas as três principais linhas de serviço.

As 10 jurisdições menos complexas deste ano

Todo ano, também analisamos mais detalhadamente as jurisdições que se destacaram como as menos complexas no ranking, destacando as razões que contribuíram para esse resultado, bem como os desafios que persistem.

Jurisdição	Rankings 2026	
Curaçao (-1)	↓	72
Malta (+2)	↑	73
Ilhas Virgens Britânicas (0)	—	74
República Tcheca (+3)	↑	75
Nova Zelândia (-3)	↓	76
Holanda (+1)	↑	77
Hong Kong, RAE (0)	—	78
Jersey (+2)	↑	79
Dinamarca (0)	—	80
Ilhas Cayman (0)	—	81



– 81. Ilhas Cayman

As Ilhas Cayman ocupam a 81ª posição no GBCI 2026, garantindo mais uma vez a posição mais baixa do índice e mantendo seu status como a jurisdição menos complexa por mais um ano consecutivo.

Embora as estruturas regulatórias e os requerimentos de compliance sejam os principais impulsionadores da complexidade operacional, eles também criam oportunidades para as empresas fortalecerem sua governança e processos. Sendo assim, nas Ilhas Cayman, embora as frequentes atualizações em todas as linhas de serviço exijam atenção e expertise especializada, elas também ajudam a garantir um ambiente corporativo mais transparente e resiliente. Comparações de preços com outras jurisdições importantes podem apresentar desafios, mas também incentivam as organizações a otimizar suas operações e melhorar a competitividade. É importante destacar que esta jurisdição também fez progressos significativos nos últimos anos com relação à adoção de novas tecnologias, simplificando processos e reduzindo a complexidade para as empresas. O ambiente corporativo é ainda mais favorecido por esforços colaborativos do governo e do setor privado para promover a jurisdição no cenário global, aumentando sua atratividade para o investimento estrangeiro.

Com relação ao futuro, mudanças regulatórias, como os novos requerimentos sob o Common Reporting Standard (CRS) para nomear um Principal Point of Contact (Ponto de Contato Principal) local, continuarão moldando o cenário e adicionando etapas administrativas suplementares para entidades estrangeiras.

Embora existam desafios operacionais em torno da regulamentação, as Ilhas Cayman continuam sendo um hub estável e responsivo para empresas multijurisdicionais, com inovação contínua e um forte posicionamento global que garantem a atração contínua de investimentos.



– 80. Dinamarca

A Dinamarca ocupa a 80ª posição no GBCI 2026, permanecendo como a segunda jurisdição menos complexa e um destino altamente atrativo para empresas multijurisdicionais.

A Dinamarca é reconhecida por seu ambiente regulatório estável, foco em inovação e liderança em igualdade social, fatores que a tornam um mercado global de destaque. A robusta infraestrutura digital do país elimina barreiras tecnológicas, apoiando operações eficientes e integradas. Embora abrir uma conta bancária possa ser um processo desafiador, especialmente sem financiamento local, este é um obstáculo gerenciável em um mercado que, de outras maneiras, é acolhedor.

Os reguladores dinamarqueses continuam modernizando o cenário local. A introdução da Danish Book-keeping Act e a ênfase na transparência da folha de pagamento, com a implementação da Diretiva 2023/970 da UE, elevam os padrões, particularmente na área contábil e fiscal, bem como de RH e folha de pagamento. Embora os requerimentos de compliance estejam aumentando, estas mudanças impulsionam a transformação e apoiam o desenvolvimento de práticas comerciais para o futuro. As empresas que operam na Dinamarca podem transformar estas atualizações regulatórias em oportunidades estratégicas ao adotar a transparência e se adaptar aos novos requerimentos.

A diretiva da EU sobre igualdade salarial também intensifica especificamente o compliance da área de RH e folha de pagamento, exigindo que as empresas estrangeiras aprimorem o reporte e assegurem igualdade salarial entre gêneros. De maneira geral, o ecossistema digital progressista e a regulamentação inovadora continuam promovendo um ambiente corporativo competitivo e inclusivo, tornando o país uma escolha preferencial para a expansão global.

↑ 79. Jersey

Jersey continua sua ascensão entre as 10 jurisdições menos complexas, ocupando agora a terceira posição entre as jurisdições menos complexas para empresas estrangeiras, alcançando o 79º lugar no ranking geral deste ano.

A digitalização contínua, particularmente na área contábil e fiscal, impulsiona essa simplificação. Sistemas de registro digital reduzem o trabalho manual, aprimoram a previsibilidade do compliance e aceleram as aprovações. As linhas de serviço se beneficiam de ganhos de eficiência mais amplos, à medida que plataformas aprimoradas de registro e reporte online simplificam as tarefas regulatórias.

Reformas regulatórias recentes simplificaram ainda mais o ingresso de investidores na jurisdição por meio de um processo de constituição de empresas mais simples e maior flexibilidade nas estruturas de fundos. O regime atualizado do Jersey Private Fund agora oferece aprovações mais rápidas e elegibilidade mais abrangente, enquanto as atividades de PWFO se beneficiam de um tratamento fiscal claro e maior acesso ao capital global.

O compromisso de Jersey com a transparência significa que padrões rigorosos de compliance permanecem sendo adotados. As empresas devem coordenar o reporte de múltiplos regimes, obter a autorização da Control of Borrowing Order, cumprir os curtos prazos de registro e manter uma documentação consistente. O alinhamento com os padrões internacionais, regras mais rígidas de prevenção à lavagem de dinheiro (AML) e combate ao financiamento do terrorismo (CFT) e reformas fiscais globais fortalecem a reputação de Jersey em termos de transparência, mas lidar com essas normas exige orientação e supervisão especializada.

O foco contínuo da jurisdição em eficiência e transparência mantém sua atratividade como um destino de baixa complexidade para investidores estrangeiros, ainda que robustos requerimentos de compliance adicionem uma camada necessária de desafio.

– 78. Hong Kong, RAE

Hong Kong, RAE, continua sendo uma das jurisdições menos complexas para fazer negócios, ocupando a 78ª posição no GBCI 2026. A transformação digital e os processos simplificados de folha de pagamento, combinados com a identificação empresarial única e incentivos direcionados para pequenas e médias empresas, tecnologia, finanças verdes e family offices, reforçam a reputação de Hong Kong como um local favorável aos negócios. O regime tributário competitivo da cidade e o grande apoio às multinacionais sustentam ainda mais seu apelo global.

Os grandes incentivos da jurisdição incluem concessões fiscais do Inland Revenue para FIHVs gerenciados por single-family offices dentro de Hong Kong, RAE. Esta política oferece segurança fiscal e incentiva famílias de alto patrimônio a estabelecerem family offices no país. Hong Kong, RAE, também ostenta um crescimento rápido em fintech e inteligência artificial, enquanto o regime planejado de redomiciliação interna deve aumentar a eficiência operacional e apoiar ainda mais as relocações.

No entanto, as empresas devem equilibrar essas vantagens com os persistentes obstáculos operacionais. Altos custos operacionais, procedimentos bancários complexos e incertezas políticas e jurídicas continuam representando desafios às empresas. Em resposta, as autoridades priorizaram o compliance e a gestão de riscos, implementando regimes como a Foreign-Sourced Income Exemption, controles mais rígidos de prevenção à lavagem de dinheiro e requerimentos revisados para o pagamento de funcionários. A integração contínua com a Greater Bay Area também está adicionando uma nova complexidade multijurisdicional.

Ainda assim, mudanças legislativas estão previstas para reduzir os desafios relacionados à folha de pagamento. A partir de 2030, os feriados estatutários e públicos serão alinhados para simplificar a administração da folha de pagamento. E, a partir de maio de 2025, os empregadores deverão separar o pagamento por tempo de serviço e a indenização por rescisão contratual, referentes ao passado e o período atual, e atualizar seus processos para cumprir as novas regras do Mandatory Provident Fund (MPF).

 ↑ 77. Holanda

A Holanda melhorou sua classificação este ano, passando da 74ª para a 77ª posição no ranking geral, reforçando sua posição como uma das jurisdições menos complexas do mundo para fazer negócios. Este status é impulsionado principalmente pela redução da complexidade nas linhas de serviço de contabilidade e impostos e RH e folha de pagamento.

Ainda assim, o setor bancário continua sendo desafiador dentro da jurisdição, com empresas multijurisdicionais enfrentando extensos procedimentos de KYC e AML que atrasam tanto a abertura quanto a manutenção de contas.

Após as eleições gerais no final de 2025, a Holanda conheceu um novo líder, embora possa ser cedo demais para avaliar o impacto que isso terá na política contábil e fiscal. Até o momento, 2026 foi marcado por mudanças políticas voltadas para o alinhamento com as diretrizes da UE, em vez de grandes reformas internas.

O governo alterou sua Lei de Imposto Mínimo (Wet minimumbelasting) do Pillar Two para estar em compliance com a taxa de imposto mínima de 15% em toda a UE. Esta mudança alinha a Holanda com outros países da UE, embora o impacto prático para multinacionais ainda esteja se consolidando, sendo que o Pillar Two deve afetar grupos com sede na UE e receitas anuais superiores a €750 milhões.

 ↓ 76. Nova Zelândia

O ambiente corporativo da Nova Zelândia tornou-se ligeiramente mais complexo para investidores estrangeiros, caindo da terceira para a sexta posição entre as jurisdições menos complexas do mundo, ocupando o 76º lugar no ranking de 2026.

Mudanças nas regulamentações e novas obrigações de compliance estão criando desafios em diversas linhas de serviço. As expectativas de ESG agora atingem exportadores de todos os tamanhos, enquanto as empresas também devem gerenciar o compliance relacionada a registros, triagem de investimentos e compliance de AML, com as reformas da "Phase Three" de 2025 exigindo uma due diligence aprimorada e monitoramento mais rigoroso. Os empregadores também enfrentam maior dificuldade na contratação de trabalhadores migrantes devido à aplicação governamental de requerimentos de visto mais rígidos e padrões mais elevados de acreditação e salários.

Ao mesmo tempo, a Nova Zelândia está tomando medidas ativas para atrair investimento estrangeiro. Com o lançamento do Invest New Zealand em 2025, o governo oferece suporte focado para investidores em áreas como fintech, infraestrutura e pesquisa e desenvolvimento. Enquanto isso, a Overseas Investment Act atualizada permite uma aprovação mais rápida de investimentos de baixo risco. Ferramentas digitais ajudam os investidores a concluir o registro e o reporte de empresas de forma mais eficiente. A ausência de imposto de selo e de imposto sobre ganhos de capital, bem como a nova dedução de 20% para ativos de capital qualificados, tornam a Nova Zelândia uma escolha atrativa para empresas multijurisdicionais. O compliance com as normas de AML/CFT também foi simplificado, removendo a verificação de endereço e estendendo os prazos de reporte, reduzindo as cargas administrativas e os custos associados.

Empresas de propriedade estrangeira ainda precisam lidar com os requerimentos de residência dos diretores, avaliar obrigações fiscais e realizar verificações detalhadas de propriedade. Sendo assim, conhecer as particularidades culturais e gerenciar o isolamento geográfico continua sendo importante para operar com sucesso no mercado.

Com relação ao futuro, novas regras fiscais de investimento e o Pillar Two da OCDE impulsionarão mudanças importantes para multinacionais, enquanto as atualizações regulatórias e o crescimento das plataformas digitais moldarão ainda mais a entrada e o compliance na jurisdição, exigindo que as empresas se adaptem continuamente.



↑ 75. República Tcheca

A República Tcheca passou da 70ª para a 75ª posição no ranking deste ano. Esta evolução consistente eleva a jurisdição ao posto de sétima menos complexa, subindo da décima posição no ano passado.

Atualizações recentes na legislação contábil, limites de auditoria mais elevados e uma postura de investimento pró-UE ajudaram a simplificar os processos, tornando o mercado cada vez mais atrativo. Ao longo do último ano, o governo também promoveu ativamente o investimento estrangeiro direto por meio de uma política pró-EU robusta e incentivos fiscais direcionados.

No entanto, a contratação de funcionários continua complexa, com as leis trabalhistas e as novas regulamentações da EU sobre igualdade salarial impondo demandas administrativas significativas. Espera-se que as mudanças continuem no próximo ano e impulsionem grande parte da evolução no cenário corporativo, oferecendo oportunidades e desafios para operadores internacionais.

Novas medidas regulatórias, como os padrões de igualdade salarial da UE e a Cybersecurity Act, estão moldando o ambiente de compliance local, pressionando as empresas a se adaptarem rapidamente. Paralelamente a estas mudanças legislativas, a tecnologia está tendo um efeito significativo, com a emissão de reportes eletrônico agora sendo o padrão. A futura adoção do faturamento eletrônico deve modernizar ainda mais a forma como as empresas cumprem suas obrigações.



– 74. Ilhas Virgens Britânicas

As Ilhas Virgens Britânicas (IVB) oferecem um ambiente simplificado para empresas estrangeiras. Este ano, as IVB ocupam a 74ª posição no ranking geral e mantêm a oitava posição entre as 10 jurisdições menos complexas. Isso se deve, em parte, ao fato de que as linhas de serviço de gestão de entidades e RH e folha de pagamento reduziram sua complexidade desde 2025.

O aumento da legislação impulsiona a maior parte da complexidade na jurisdição. No entanto, melhorias recentes, como avanços na legislação sobre ativos digitais, aumentaram a atração de investimento estrangeiro da jurisdição nos últimos doze meses. Os avanços tecnológicos também permitem que os procedimentos se alinhem melhor aos requerimentos regulatórios, promovendo a transparência e a eficiência.

De maneira geral, a combinação de atualizações legislativas das IVB e um ambiente regulatório favorável ajuda a proteger e incentivar o investimento, mantendo a complexidade operacional sob controle. O sistema jurídico de direito consuetudinário da jurisdição continua sendo um grande atrativo para os clientes, proporcionando familiaridade jurídica e previsibilidade.

 ↑ 73. Malta

Malta ocupa a 73ª posição no ranking deste ano, uma mudança significativa em relação à 69ª posição em 2025, figurando agora entre as dez jurisdições menos complexas.

Como em anos anteriores, o principal desafio das empresas é lidar com o ambiente regulatório maltês. As regras locais permanecem complexas, no entanto, a Companies Act, que segue o modelo do Reino Unido, ancora a estrutura regulatória, proporciona previsibilidade e apoia a configuração e operação eficiente dos negócios.

Os processos contábeis na jurisdição também são considerados simples. Embora todas as empresas, incluindo as inativas, devam apresentar balanços financeiros anuais, o alinhamento com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) reduz a complexidade para as empresas que operam em Malta. No último ano, a evolução das políticas fiscais da UE exigiu que as empresas multijurisdicionais revisassem suas posições e se preparassem para mudanças. E, embora Malta tenha garantido um adiamento da adoção do Pillar Two até 2029, a tributação continua sendo a área onde se prevê a maior parte das mudanças.

A contratação de funcionários permanece simples e as condições econômicas continuam apoiando operações confiáveis. Desta forma, Malta continua sendo uma escolha estável para empresas multijurisdicionais. Embora mudanças fiscais futuras estejam no horizonte, o ambiente atual continua apoiando a confiança e o crescimento.

 ↓ 72. Curaçao

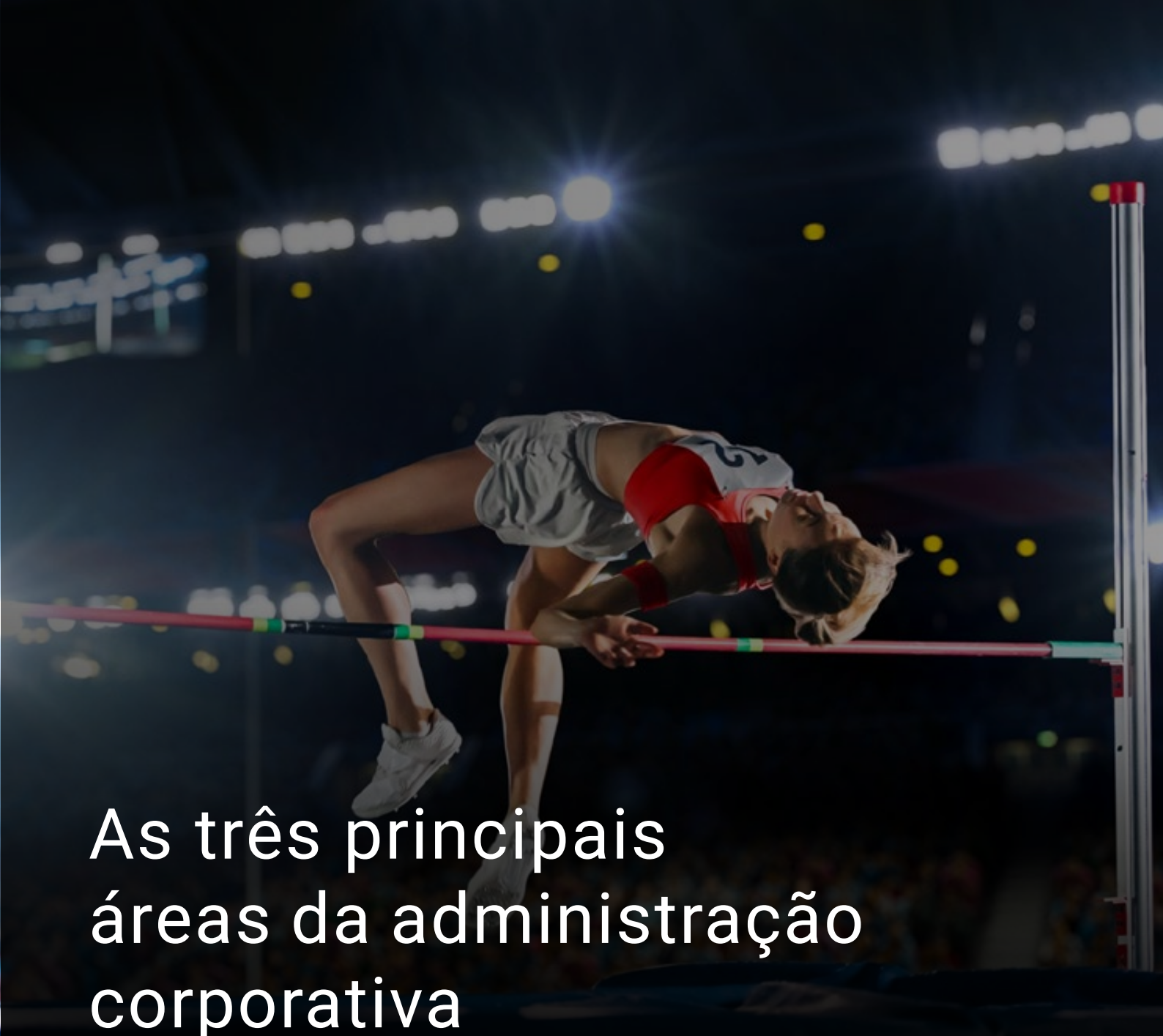
Curaçao caiu uma posição no ranking dos dez países mais complexos, ocupando agora o décimo lugar no ranking geral e a 72ª posição.

Em 2026, os reguladores introduziram múltiplas mudanças na jurisdição, adicionando complexidade às operações. Estas alterações visavam alinhar as normas locais aos padrões internacionais, de modo que os novos requerimentos não criem barreiras exclusivas para empresas estrangeiras e não representem uma carga adicional significativa quando comparados a outros mercados.

A alta renda e os custos serviços públicos podem criar obstáculos durante a contratação de talentos em Curaçao, embora as empresas possam encontrar alguma compensação nos custos de aluguel relativamente acessíveis. A maioria das empresas considera o processo de configuração simples, mas a obtenção de licenças pode exigir um longo período de tratativas com o governo, e as demandas operacionais diárias geralmente dependem do setor específico.

As autoridades também continuaram alterando as regulamentações ao longo do último ano para ajudar Curaçao a permanecer competitiva e atrativa para investidores estrangeiros. Muitas vezes, é recomendável que as empresas estrangeiras nomeiem um representante local para auxiliar no compliance com as normas e requerimentos locais.

Enquanto isso, a força de trabalho em Curaçao se destaca por suas fortes habilidades e capacidades multilíngues, simplificando a entrada no mercado e as operações comerciais. E, embora não se espere que os avanços na tecnologia tragam mudanças significativas, a acessibilidade a serviços locais especializados continua sendo uma vantagem importante.

A high jumper in mid-air over a bar at night. The athlete is wearing a red and white uniform and is captured in a classic Fosbury Flop position. The background shows a stadium with bright lights and a blurred crowd.

As três principais áreas da administração corporativa

O ranking do GBCI e os dados da pesquisa correspondente destacam mudanças importantes em três linhas de serviço cruciais e percepção geral de países de todo o mundo. Ao destacar estas áreas cruciais da administração corporativa, nossas observações oferecem um contexto sobre a complexidade e a imprevisibilidade dos ambientes corporativos, bem como os fatores que todas as empresas devem considerar, independentemente de onde operem.

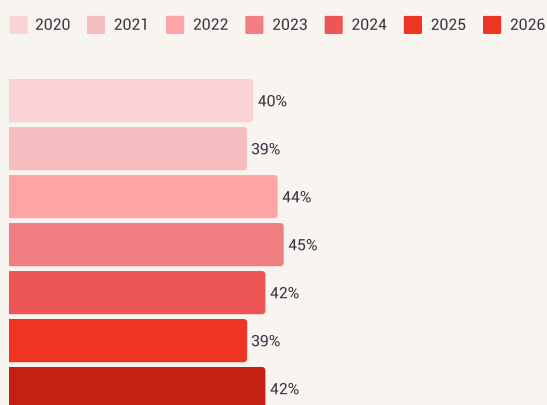
01

Contabilidade e impostos

A expectativa de retomada da complexidade à medida que a transparência impulsiona desafios de curto prazo

A complexidade operacional continua sendo uma característica determinante do cenário global da área contábil e fiscal. A pesquisa deste ano revelou que 42% das jurisdições preveem que os processos contábeis e fiscais se tornem mais complexos nos próximos cinco anos, um aumento em relação aos 39% registrados em 2025. A busca por maior transparência continua remodelando as expectativas em todo o mundo, com jurisdições introduzindo reformas em ritmos diferentes e com graus de clareza variados.

Jurisdições concordam que, nos próximos cinco anos, a área contábil e fiscal se tornará mais complexa



Embora os avanços no reporte digital e na automação visem simplificar a administração, a necessidade de se adaptar às regras locais, às plataformas de tecnologia e aos prazos regulatórios muitas vezes aumenta a complexidade de curto prazo para as empresas multijurisdicionais. Consequentemente, as organizações estão investindo em conhecimento especializado e em modelos operacionais mais flexíveis para gerenciar o compliance de forma eficaz em múltiplas jurisdições.

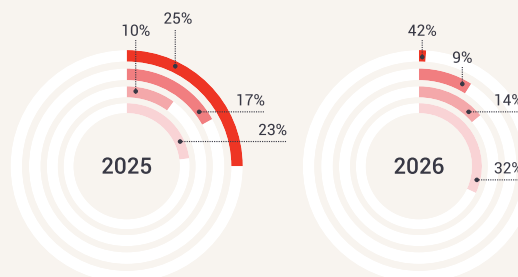
“A busca por mais transparência é evidente em todas as jurisdições, ainda que em velocidades variadas. Embora essa tendência possa adicionar complexidade operacional no curto prazo, com o tempo, espera-se que facilite um maior alinhamento e, em última análise, torne o processo de operação internacional mais simples para as empresas.” – Expert da TMF Group na área contábil e fiscal

Ainda assim, o cenário contábil e fiscal em constante evolução vai muito além da digitalização. Muitas empresas estão constatando que os modelos tradicionais de terceirização de processos de negócios (Business Process Outsourcing – BPO) já não atendem à demanda por suporte personalizado e de alta qualidade. Com o aumento das exigências regulatórias e das expectativas dos clientes, cresce a demanda por soluções sob medida que reflitam os requerimentos locais de compliance e a realidade do mercado. Sendo assim, em 2026, um suporte contábil e fiscal eficaz exige uma combinação de iniciativas de transparência global, profunda expertise local e a capacidade de adaptação contínua às mudanças regulatórias.

Mesmo assim, os benefícios da digitalização continuam perceptíveis em todo o mundo. A proporção de jurisdições que citam o aumento da digitalização como motivo para operações mais simples aumentou consideravelmente, de 23% em 2025 para 32% em 2026. Essa trajetória ascendente destaca o papel crescente das soluções tecnológicas na otimização de processos para empresas estrangeiras. Os avanços em plataformas digitais, automação e relatórios online estão eliminando obstáculos, reduzindo os esforços manuais e permitindo um compliance mais rápido e previsível. À medida que mais jurisdições adotam a digitalização, empresas estrangeiras têm encontrado maior facilidade para atender às exigências locais e se integrar a novos mercados, desde que consigam alinhar sistemas e dados de forma eficaz.

Descreva pelo menos um motivo, lei ou tendência que atualmente torna a operação em sua jurisdição mais simples para empresas estrangeiras

- Aumento da digitalização
- Incentivos fiscais para empresas
- Faturamento eletrônico
- Simplificação de processos



As jurisdições que investem em clareza regulatória, digitalização e orientação prática estão facilitando a operação de empresas estrangeiras, ao mesmo tempo que aumentam sua atratividade para investidores internacionais. Essa abordagem ajuda a simplificar a entrada de empresas estrangeiras no mercado, embora a complexidade frequentemente persista durante a implementação e o compliance contínuo. O número crescente de jurisdições que relatam a digitalização como um fator de simplificação em 2026 demonstra que essas melhorias estão trazendo benefícios tangíveis para empresas multijurisdicionais.

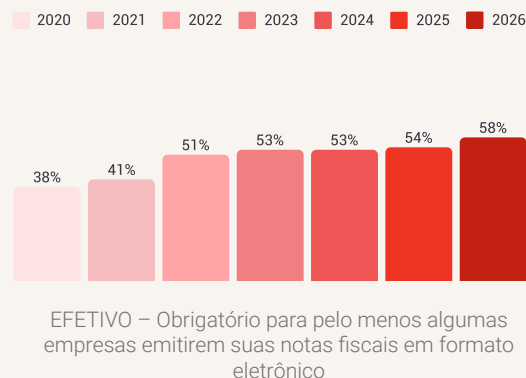
Os incentivos fiscais também são cada vez mais vistos como um fator de simplificação, chegando a 14% em 2026. Em contrapartida, a faturação eletrônica e a simplificação de processos são citadas com menos frequência, provavelmente porque se tornaram uma prática padrão em muitas jurisdições. Essa mudança reflete um ambiente regulatório mais maduro, no qual reformas estruturais agora são esperadas e não mais incomuns.

“Os maiores desafios que os clientes desejam resolver são a fragmentação regulatória, as rápidas mudanças legislativas, os diferentes direcionamentos em diferentes jurisdições e o plano geral de digitalização.” – Expert da TMF Group na área contábil e fiscal

A crescente demanda por reportes fiscais digitais está, ao mesmo tempo, aumentando a complexidade e a eficiência

A transição para relatórios fiscais digitais continua crescendo em 2026, remodelando a forma como as empresas gerenciam o compliance fiscal globalmente. Em 2026, 58% das jurisdições exigem que pelo menos algumas empresas emitam notas fiscais eletrônicas, um aumento em relação aos 54% registrados no ano passado e um crescimento substancial comparado aos 38% registrados em 2020. Esse aumento reflete a crescente demanda dos governos por visibilidade em tempo real e precisão dos dados, o que obriga as empresas a investir em novas tecnologias e atualizar seus processos de reporte.

É obrigatório que as notas fiscais sejam emitidas em formato eletrônico nesta jurisdição?



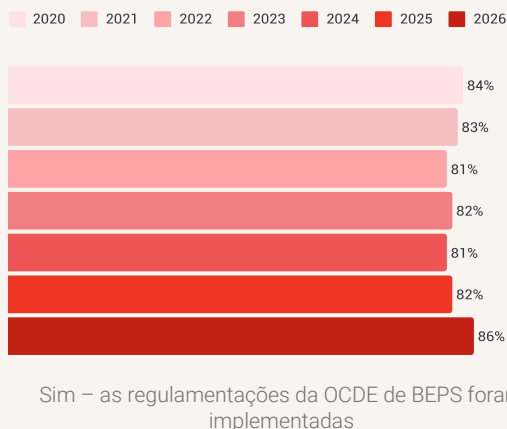
Embora a transição para o faturamento eletrônico obrigatório possa criar desafios durante a implementação, ela também está impulsionando operações mais ágeis e eficientes ao longo do tempo. À medida que mais jurisdições adotam os requerimentos de faturamento eletrônico, a complexidade inicial é cada vez mais compensada pelo aumento da consistência, redução da burocracia e ciclos de compliance mais rápidos. Para as empresas com operações internacionais, isso significa adaptar-se a novos sistemas, beneficiando-se simultaneamente de um ambiente de reporte mais integrado e transparente.

“Com a digitalização e a emissão de faturas eletrônicas, fica mais fácil obter insights sobre a sua empresa, agilizar a cobrança e melhorar a interação com fornecedores e clientes. Essa é a principal vantagem. No entanto, a implementação desses sistemas pode ser um processo desafiador.” – Expert da TMF Group na área contábil e fiscal

As regulamentações previstas do imposto mínimo global exigem que as empresas se adaptem

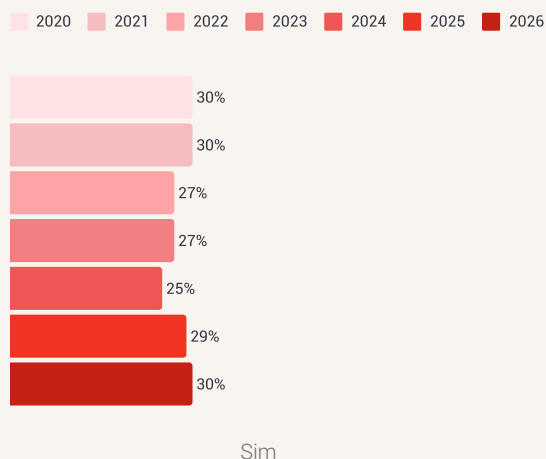
Em 2026, 86% das jurisdições relatam ter implementado as regulamentações BEPS da OCDE, o nível mais alto observado nos últimos anos e que reflete um movimento contínuo em direção ao alinhamento fiscal global. Ao mesmo tempo, 30% das jurisdições agora exigem relatórios transacionais eletrônicos detalhados, como o Standard Audit File for Tax (SAF-T). Esse nível moderado, mas estável, sugere que, embora as exigências de relatórios digitais permaneçam vigentes, a mudança mais recente diz respeito à introdução das novas regras de imposto mínimo global.

As regulamentações da OCDE de BEPS foram implementadas na jurisdição?



A evolução da estrutura BEPS, particularmente com a implementação do Pillar Two, impõe novas exigências às organizações multinacionais. A introdução de uma alíquota de imposto corporativo mínimo global de 15% significa que as empresas precisam estar preparadas para novas rotinas de reporte e compliance.

Relatórios transacionais eletrônicos detalhados são obrigatórios nesta jurisdição?



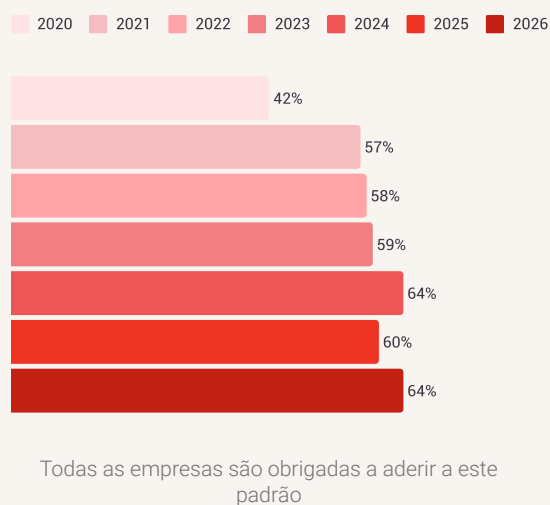
O desafio não é apenas cumprir os próximos prazos iniciais, mas manter em dia a submissão de relatórios periódicos e recorrentes às autoridades locais. Nesse contexto, as organizações estão recorrendo cada vez mais ao apoio de experts para gerenciar os novos requerimentos de forma eficiente e reduzir a carga de compliance.

“Em primeiro lugar, os prazos de entrega dos reportes do Pillar Two terminam no final de junho de 2026. Preparar-se para o compliance, garantindo que os resultados sejam reportados de forma consistente junto às autoridades locais de maneira recorrente, representa um verdadeiro desafio operacional. É exatamente nesse ponto que a TMF Group vê tanto a necessidade quanto a oportunidade de colaboração, permitindo-nos aliviar a carga de compliance das normas para nossos clientes, à medida que eles se adaptam a essas novas e exigentes regulamentações do mercado.” – Expert da TMF Group na área contábil e fiscal

Mais jurisdições agora exigem o GAAP local para todas as empresas, reforçando a complexidade local no compliance contábil global

Em 2026, o ambiente regulatório para multinacionais permanece regionalmente fragmentado. A proporção de jurisdições que exigem que todas as empresas adotem os padrões locais de Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (Generally Accepted Accounting Practices – GAAP) subiu novamente para 64%, retornando ao pico observado em 2024 e sublinhando a força contínua das preferências contábeis regionais. A América Latina continua se destacando, com requerimentos particularmente rigorosos, como o complexo sistema tributário brasileiro e as frequentes mudanças legislativas da Colômbia. Mesmo em jurisdições como as Ilhas Cayman, tradicionalmente consideradas menos complexas, o conhecimento detalhado sobre as regras contábeis e de reporte locais permanece essencial.

GAAP local – Aplicação de princípios contábeis

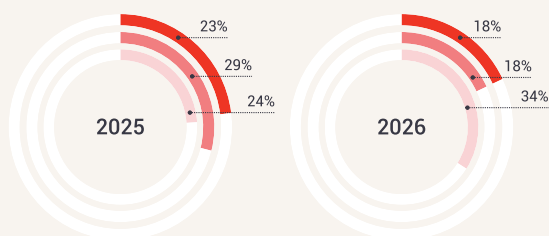


Os esforços para atrair investimento estrangeiro direto diminuíram, com apenas 23% das jurisdições relatando iniciativas ativas em 2026, em comparação aos 39% registrados em 2025. No entanto, o uso de incentivos fiscais direcionados aumentou – 34% das jurisdições agora oferecem alíquotas de impostos reduzidas para atrair empresas multijurisdicionais, subindo de 24% em 2025. Outros incentivos, incluindo isenções fiscais e investimentos em digitalização, também são menos comuns do que há um ano.

“Os principais desafios enfrentados pelas empresas são a gestão da fragmentação regulatória, as mudanças rápidas e a digitalização. É preciso dispor de tecnologia eficiente para atender rapidamente aos requerimentos, caso contrário, regulamentações mais rigorosas criam enormes volumes de trabalho extra. Automatizar processos e focar em exceções, em vez de analisar cada transação, ajuda a gerenciar os riscos de forma eficaz.” – Expert da TMF Group na área contábil e fiscal

Dentro da área contábil e fiscal, que medidas foram tomadas nos últimos 12 meses para atrair investimento estrangeiro direto?

- Oferecimento de incentivos fiscais/alíquotas de impostos mais baixas
- Oferecimento de isenções fiscais/benefícios fiscais
- Investimento na digitalização



Desta forma, à medida que o cenário muda para padrões locais mais rígidos e incentivos de investimento mais seletivos, as multinacionais devem focar em conhecer dos requerimentos locais e adaptar suas estratégias de compliance dentro de cada jurisdição, em vez de depender da harmonização ou de incentivos mais amplos.

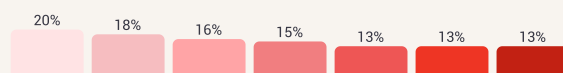
A adoção de tecnologia está tornando a abertura e as operações de empresas mais simples

Em 2026, os avanços tecnológicos estão tendo um impacto claro na forma como as empresas se estabelecem e operam entre as jurisdições. A automação e a eficiência de sistemas são agora citadas por

16% das jurisdições pesquisadas como benefícios principais, enquanto 15% apontam para configuração e processamento mais rápidos.

Você pode descrever o impacto dos avanços tecnológicos na configuração e operação de empresas em sua jurisdição?

- Relatórios e registros eletrônicos
- Automação e eficiência do sistema
- Implementação de faturamento eletrônico
- Identidade digital e assinatura eletrônica
- Digitalização de processos governamentais
- Configuração e processamento mais rápidos
- Redução da carga administrativa



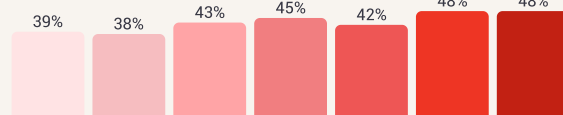
Esses avanços demonstram que o reporte eletrônico e o uso de softwares específicos não apenas reduzem a carga administrativa, mas também aceleram os fluxos de trabalho, ajudando as empresas a iniciar e gerir operações com mais eficiência.

Os requerimentos por contadores certificados permanecem altos em 2026

A obrigatoriedade de as empresas terem seus balanços financeiros anuais elaborados ou assinados por um contador certificado permanece a mesma, com 48% das jurisdições aplicando esse padrão tanto em 2025 quanto em 2026.

Os balanços financeiros anuais precisam ser elaborados/assinados por um contador certificado?

- 2020
- 2021
- 2022
- 2023
- 2024
- 2025
- 2026



Sim – os balanços financeiros anuais precisam ser elaborados/assinados por um contador certificado

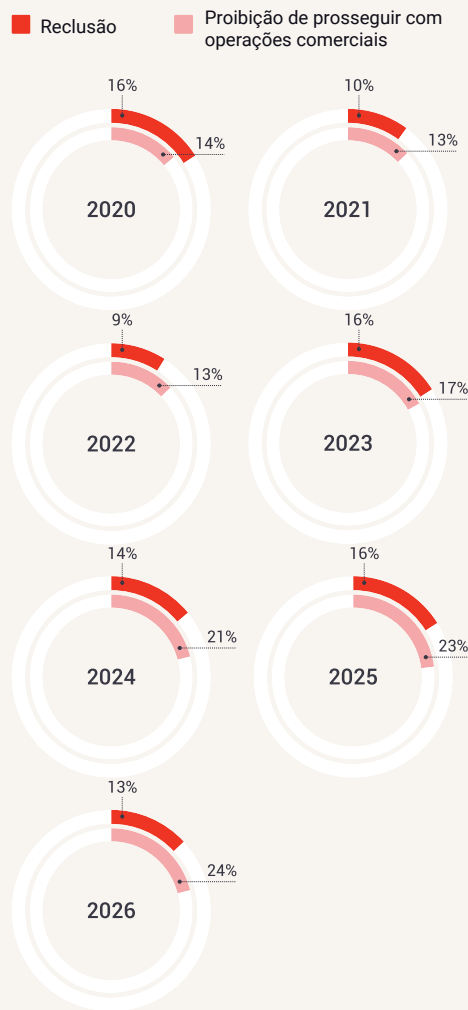
No entanto, isso representa um aumento significativo em relação aos anos anteriores, nos quais a exigência variava entre 38% e 45%. A manutenção do alto nível de demanda destaca uma tendência geral em direção a uma responsabilidade profissional mais rigorosa e reforça a importância da expertise qualificada dentro do reporte financeiro.

Penalidades rigorosas em alta à medida que a tecnologia aprimora o compliance fiscal

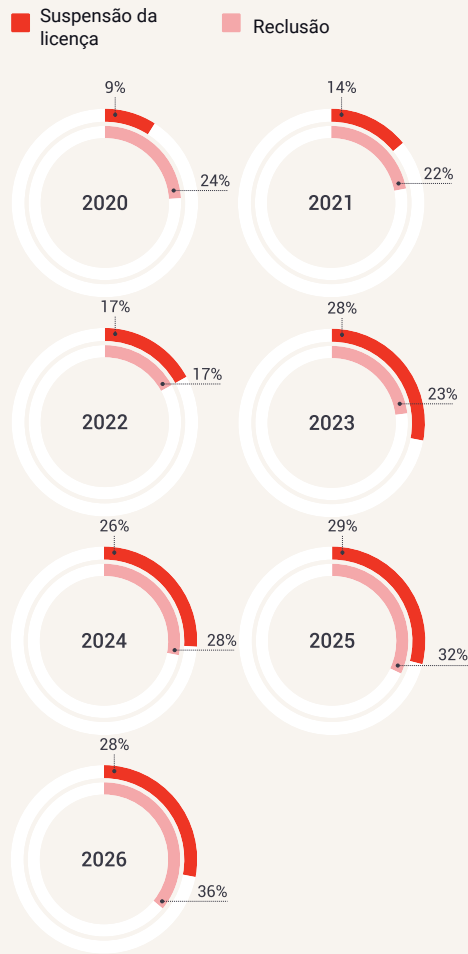
O cenário de 2026 também demonstra como ferramentas digitais avançadas e de eficiência estão impulsionando expectativas mais altas de precisão no reporte fiscal. À medida que a tecnologia se integra cada vez mais às operações contábeis e fiscais, as empresas são obrigadas a cumprir padrões mais rigorosos e têm menos margem para erros.

“Com as novas ferramentas digitais, a declaração de impostos está se tornando muito mais precisa. As empresas agora precisam ser mais exatas do que nunca, e as penalidades por erros estão ficando mais rigorosas. O que costumava ser um pequeno problema agora pode significar a perda da licença ou até mesmo enfrentar processos criminais. É vital que as organizações tenham sistemas robustos e ajuda especializada para garantir que seus registros estejam corretos.” – Expert da TMF Group na área contábil e fiscal

Consequências do não cumprimento dos prazos de entrega da declaração de impostos



Consequências de cálculos imprecisos nas declarações de impostos



As penalidades pelo não compliance estão se tornando mais severas. Este ano, 24% das jurisdições impedem a continuidade dos negócios como consequência do descumprimento de prazos de declaração de impostos, representando uma tendência crescente. Embora a pena de prisão por prazos perdidos tenha diminuído para 13%, as consequências para cálculos fiscais imprecisos intensificaram-se. Foi registrado que 28% das jurisdições impõem a suspensão da licença e a taxa de reclusão subiu para 36%, a mais alta registrada até agora. Estes dados demonstram que a regulamentação está se adaptando ao novo cenário tecnológico e que as organizações devem combinar eficiência com precisão para evitar riscos significativos aos seus negócios.

02

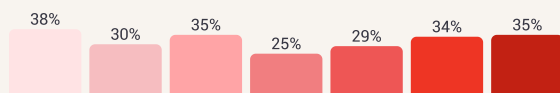
Recursos humanos e folha de pagamento

As jurisdições preveem mais complexidade nos próximos 5 anos

Os dados do GBCI deste ano revelaram que mais de um terço das jurisdições espera que a complexidade na área de RH e folha de pagamento aumente em 2026. Essa expectativa tem crescido a cada ano desde 2023 e agora se iguala aos níveis observados em 2022. Apenas 16% preveem simplificação, tornando o domínio sobre as regras que regem a área de RH e folha de pagamento essencial para o sucesso dos negócios.

Complexidade prevista na área de RH e folha de pagamento nos próximos 5 anos

2020 2021 2022 2023 2024 2025 2026



Jurisdições que concordam que, nos próximos 5 anos, a área de RH e folha de pagamento se tornará mais complexa

A área de recursos humanos e folha de pagamento continua sendo inerentemente complexa, com risco de consequências significativas se for gerida de forma inadequada. Em escala global, os principais desafios identificados decorrem das frequentes mudanças regulatórias locais e internacionais, da evolução das leis trabalhistas e da necessidade de garantir que a folha de pagamento seja precisa em diferentes jurisdições. Os cálculos são ainda mais complicados por impostos locais, previdência social e benefícios específicos de cada jurisdição.

Novas legislações, como a EU Pay Transparency Directive (Diretiva UE 2023/970) – que impõe novas obrigações aos empregadores para garantir sistemas de remuneração transparentes e visa combater a desigualdade salarial entre gêneros em toda a UE – juntamente com requerimentos adicionais de reporte, continuam impulsionando a complexidade. Tensões geopolíticas e rápidas mudanças tecnológicas também significam que as organizações precisam se adaptar constantemente, gerenciando operações mais enxutas ou alterando as cadeias de abastecimento, o que introduz novos desafios internos.

Como resultado dessa complexidade, as empresas enfrentam uma necessidade contínua de conhecimento local, processos robustos e suporte tecnológico para

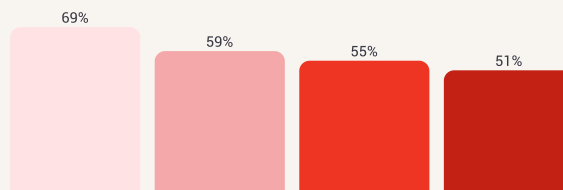
permanecerem em compliance, eficientes e ágeis diante das mudanças constantes.

A volatilidade geopolítica está levando as empresas a se reestruturarem, consolidarem e buscarem apoio especializado

A crescente instabilidade geopolítica e econômica está tornando os negócios multijurisdicionais mais difíceis. O aumento do protecionismo, das tarifas e das regulamentações está revertendo muitos dos ganhos obtidos com a globalização. As empresas estão se adaptando por meio da terceirização (69%), redução do número de funcionários (59%), fechamento de escritórios ou filiais (55%) e congelamento de contratações (51%).

Ações que estão sendo tomadas em sua jurisdição devido à instabilidade geopolítica global

Terceirização Fechamento de escritórios/filiais
Redução do número de funcionários Congelamento de contratações



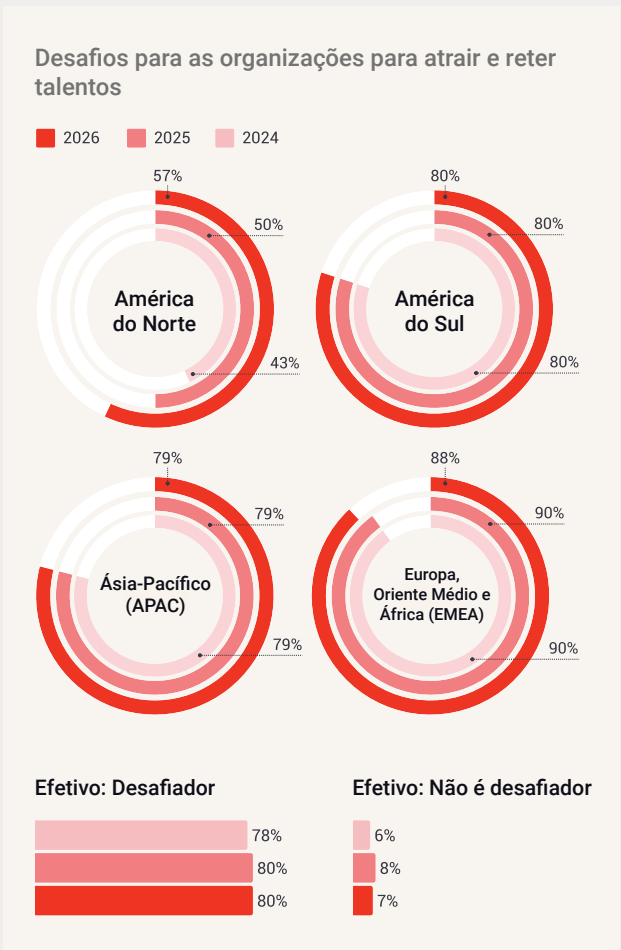
"A complexidade da área de RH e folha de pagamento na Indonésia deverá aumentar, impulsionada pela evolução das leis trabalhistas, pelos reportes online de folha de pagamento mais frequentes e por ajustes na previdência social, como o Badan Penyelenggara Jaminan Sosial (BPJS), mesmo com a continuidade da digitalização de processos." – Expert da TMF Indonésia

Operar em diferentes jurisdições agora exige conhecimento e suporte locais mais especializados. As pressões geopolíticas continuam levando as organizações a repensarem as cadeias de abastecimento e as estratégias de gestão de talentos. Na região da Ásia-Pacífico, por exemplo, muitas empresas estão transferindo operações da China Continental para países como o Vietnã, buscando mão de obra qualificada mais acessível e melhores condições de trabalho.

"Com o aumento do protecionismo e das tarifas alfandegárias em todo o mundo, as organizações estão sendo obrigadas a mudar suas cadeias de abastecimento e sua produção. Está se tornando mais complexo e difícil fazer negócios internacionalmente." – Expert da TMF Group na área de RH e folha de pagamento

A escassez de competências está reformulando as estratégias de gestão de talentos globalmente

A falta de funcionários qualificados afeta a maioria das regiões, com 80% das jurisdições relatando dificuldades em atrair e reter talentos. No entanto, o impacto não é uniforme. Na América do Norte, por exemplo, o desafio percebido é menos acentuado do que na Europa e em partes da Ásia-Pacífico, onde a competição por talentos é mais intensa e a pressão salarial é alta. Contudo, a América do Norte é também a região com o maior aumento no nível de desafio percebido, o que indica que a escassez de talentos está se tornando uma preocupação significativamente maior, mesmo que as pressões atuais não sejam tão severas como em outras regiões.



Mercados como o da Polônia, que tradicionalmente atraem multinacionais em busca de arbitragem de mão de obra, amadureceram e agora enfrentam forte concorrência e frequente movimentação de funcionários. Essas mudanças, combinadas com a alta rotatividade em alguns setores, significam que mesmo os hubs consolidados de talentos não são mais tão atrativos quanto antes.

Fatores demográficos também moldam o cenário. Enquanto a Europa Ocidental vivencia uma redução da força de trabalho jovem e a evolução das preferências

profissionais, a Índia e alguns mercados emergentes ainda oferecem um grande pool de jovens profissionais qualificados. Como resultado, as empresas não podem mais se basear simplesmente na contratação local ao ingressar em novos mercados e devem adaptar suas estratégias de gestão de talentos à maturidade do mercado e às tendências da força de trabalho de cada região.

“As mudanças demográficas estão remodelando os pools de talentos. A Europa Ocidental enfrenta uma redução da força de trabalho jovem, e as novas gerações frequentemente buscam novas funções fora das áreas de atuação tradicionais.” – Expert da TMF Group na área de RH e folha de pagamento

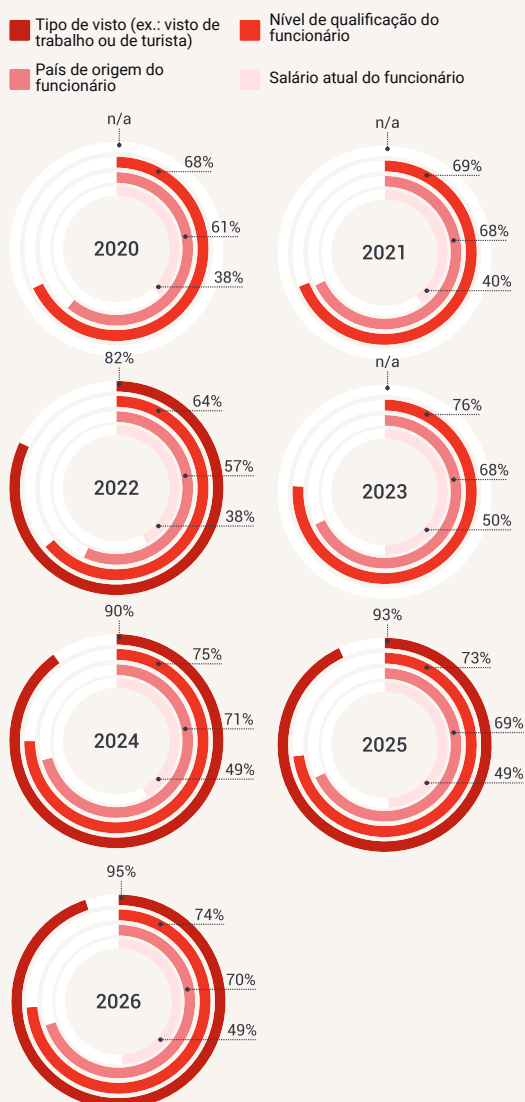
A escassez de talentos persiste e as organizações respondem cada vez mais realocando funcionários existentes ao adaptarem suas operações, seja por pressões geopolíticas ou pela expansão da empresa para novos mercados. Essa tendência inclui realocações de curto, médio e longo prazo. Embora essa abordagem mantenha o acesso a competências essenciais, ela aumenta a complexidade à área de RH e folha de pagamento. O processo de realocação também pode se tornar mais desafiador em certas jurisdições devido às regras de imigração pós-pandemia e às políticas protecionistas.

Notavelmente, as gerações Z e Alfa também estão alterando o cenário de talentos, muitas vezes buscando novas funções fora dos conjuntos de habilidades tradicionais e trazendo novas expectativas sobre flexibilidade no local de trabalho, oportunidades de desenvolvimento e propósito. As empresas que se adaptarem a essas prioridades estarão mais bem posicionadas para atrair e reter talentos em um mercado cada vez mais competitivo.

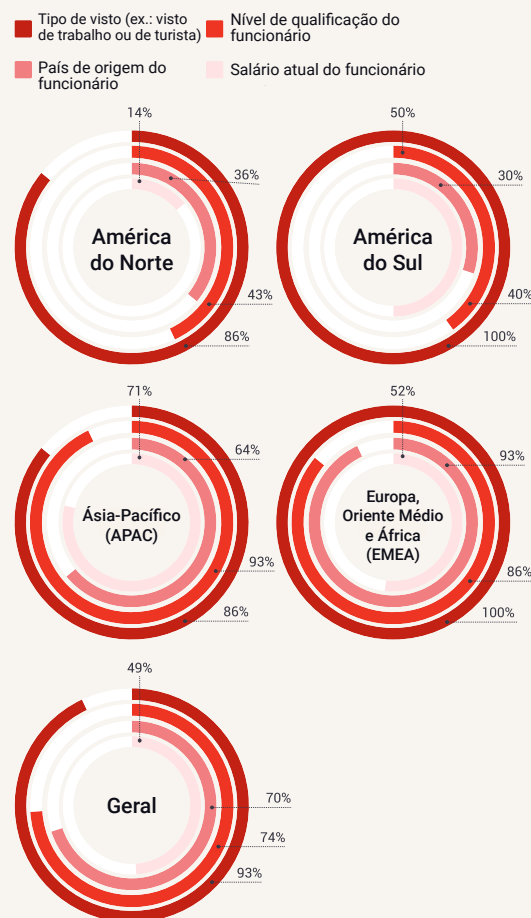
A contratação de funcionários estrangeiros é condicionada por requerimentos rigorosos e que variam regionalmente

Atualmente, o tipo de visto é o fator predominante que influencia as decisões sobre a contratação de funcionários estrangeiros, tendo sua importância aumentado consideravelmente nos últimos anos. O nível de qualificação e o país de origem também influenciam consideravelmente os resultados das contratações, enquanto o salário tende a desempenhar um papel secundário na maioria dos mercados. Mesmo assim, as diferenças regionais são acentuadas. Embora os requerimentos para vistos sejam especialmente rigorosos nas regiões da Ásia-Pacífico, EMEA e América do Sul, a América do Norte enfatiza menos esse critério. As qualificações e o país de origem são mais importantes nas regiões da EMEA e da APAC, enquanto o salário normalmente permanece uma prioridade menor fora da Ásia-Pacífico.

Fatores que impactam a contratação de funcionários estrangeiros (globalmente)



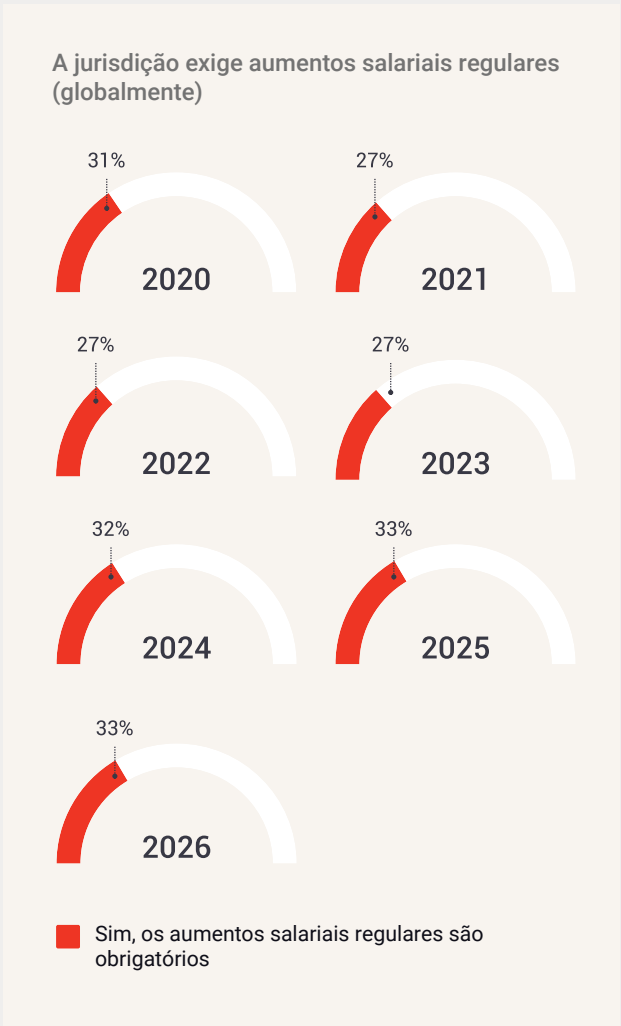
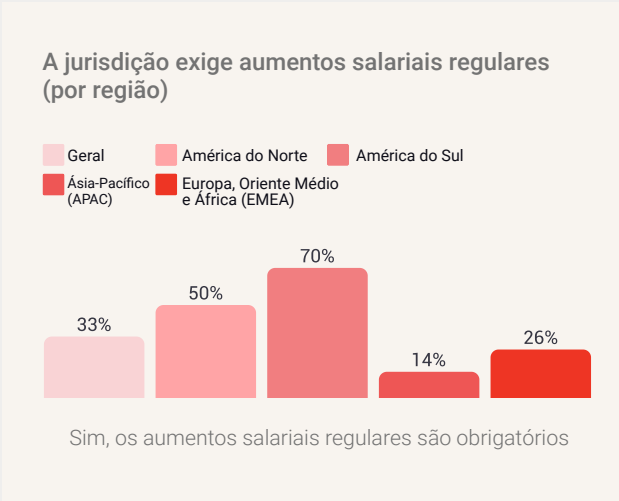
Fatores que impactam a contratação de funcionários estrangeiros (por região)



Com a persistente escassez de mão de obra qualificada em muitas jurisdições, os empregadores não podem mais depender exclusivamente do recrutamento local ao ingressar em novos mercados. Isso está impulsionando uma maior necessidade de mobilidade internacional, à medida que as empresas realocam cada vez mais talentos-chave para preencher funções críticas. Por sua vez, isso adiciona novas camadas de complexidade para as equipes de RH e folha de pagamento, que precisam gerenciar o compliance multijurisdicional, adaptar-se às regulamentações em constante mudança e garantir a consistência operacional à medida que as equipes se tornam mais internacionais.

As diferenças entre jurisdições em relação aos aumentos salariais e benefícios obrigatórios estão criando complexidade para empresas globais

Os empregadores continuam enfrentando desafios importantes para lidar com as diferenças nas exigências de aumentos salariais e oferecimento de benefícios de uma jurisdição para outra. Em 2026, 33% das jurisdições exigem aumentos salariais regulares, o mesmo percentual de 2025. No entanto, a variação regional é significativa. A América do Sul se destaca com um índice de 70% das jurisdições, enquanto a América do Norte registra 50%, e APAC e EMEA com índices de 14% e 26%, respectivamente.



Os requerimentos legais para oferecimento de benefícios aos funcionários também variam consideravelmente. Quase todas as jurisdições exigem o pagamento de salário-mínimo e férias remuneradas, com índices de 94% e 100%, respectivamente. Outros benefícios apresentam padrões diversos. As contribuições para fundos de pensão são exigidas por 67% das jurisdições, o seguro saúde por 59% e a licença-maternidade ou paternidade compartilhada por apenas 44%. Enquanto isso, o auxílio-creche e as contribuições habitacionais ou de assistência social permanecem limitados, com menos de um quarto das jurisdições exigindo a oferta destes benefícios.

Benefícios legalmente exigidos para funcionários efetivos

2020 2021 2022 2023 2024 2025 2026

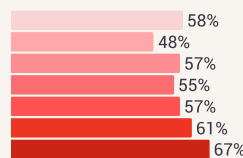
Salário-mínimo/Valor mínimo por hora



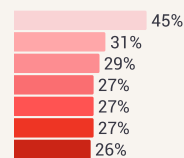
Licenças médicas remuneradas



Fundo de pensão



Licença pessoal



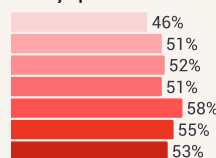
Férias/folgas remuneradas



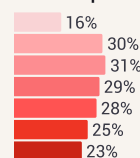
Pagamento de horas extras



Licença por luto



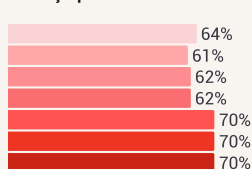
Subsídio para creche



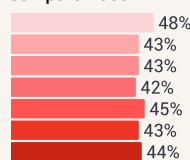
Licença maternidade remunerada



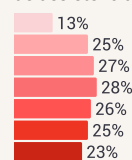
Licença paternidade remunerada



Licença maternidade/paternidade compartilhada



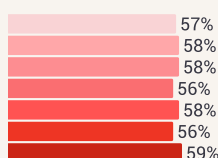
Contribuições habitacionais/de assistência social



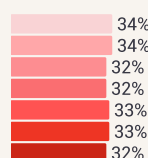
Indenização por desligamento



Convênio médico



13º salário/bônus



Devido a essas diferenças, os empregadores globais precisam adaptar as práticas de RH e folha de pagamento para cada jurisdição, aumentando a complexidade administrativa e o risco de não compliance à medida que os requerimentos mudam. A falta de alinhamento torna estratégias globais consistentes de benefícios para funcionários em um desafio constante.

Os modelos de pagamento de salários devem mudar, refletindo as necessidades de uma força de trabalho em transformação

O conceito de acesso ao salário sob demanda – que permite aos funcionários receberem seu salário à medida que o ganham, em vez de esperar até o final do mês – continua sendo uma tendência emergente na área de

RH e folha de pagamento. Embora tenha havido algum interesse, principalmente entre os trabalhadores da Geração Z que esperam maior flexibilidade financeira, ainda não houve uma adoção generalizada. As expectativas atuais da força de trabalho, as preocupações orçamentárias e o aumento dos contratos de trabalho temporário continuam impulsionam o interesse globalmente. No entanto, a mudança do ciclo de pagamento mensal tradicional para o acesso ao salário sob demanda deverá se tornar mais comum nos próximos quatro a seis anos, à medida que os modelos de negócio e as demandas dos funcionários continuam evoluindo.

Serviços digitais e consultoria de TI estão na vanguarda da transformação impulsionada pela IA

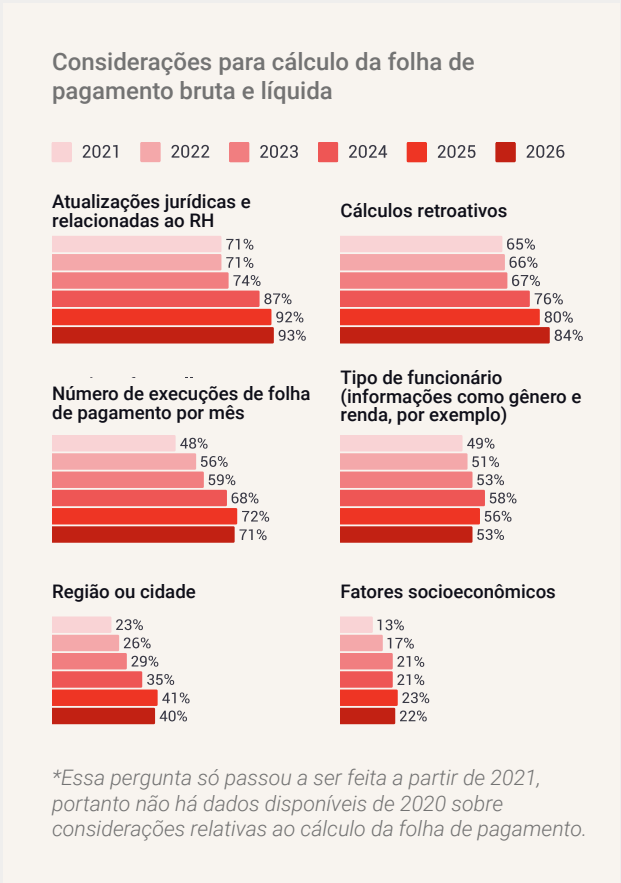
Embora o impacto mais amplo da inteligência artificial (IA) ainda esteja em seus estágios iniciais, já existem sinais claros de que ela está começando a remodelar algumas operações organizacionais. Como era de se esperar, jurisdições como a Itália, que possuem uma alta concentração de organizações orientadas pela tecnologia (consultoria de TI, fintech, cibersegurança etc.), estão observando as mudanças mais imediatas. No entanto, espera-se que regulamentações específicas sobre IA sejam aplicáveis em diversas jurisdições nos próximos anos, com a implementação da AI Act da UE atualmente em andamento. Embora existam argumentos a favor e contra o uso da IA, a tecnologia sem dúvida apresenta oportunidades e desafios, à medida que os empregos e as responsabilidades se adaptam a novas formas de trabalho e as empresas buscam o equilíbrio certo entre pessoas e tecnologia para atender às suas necessidades.

agora se concentram em tomar decisões ponderadas, introduzindo novas ferramentas e processos em um ritmo que as mantenha competitivas, sem comprometer sua abordagem centrada nas pessoas. Essa estratégia equilibrada permite que as empresas aproveitem a IA para obter maior eficiência, ao mesmo tempo que protegem as qualidades que fazem de sua força de trabalho um diferencial fundamental.

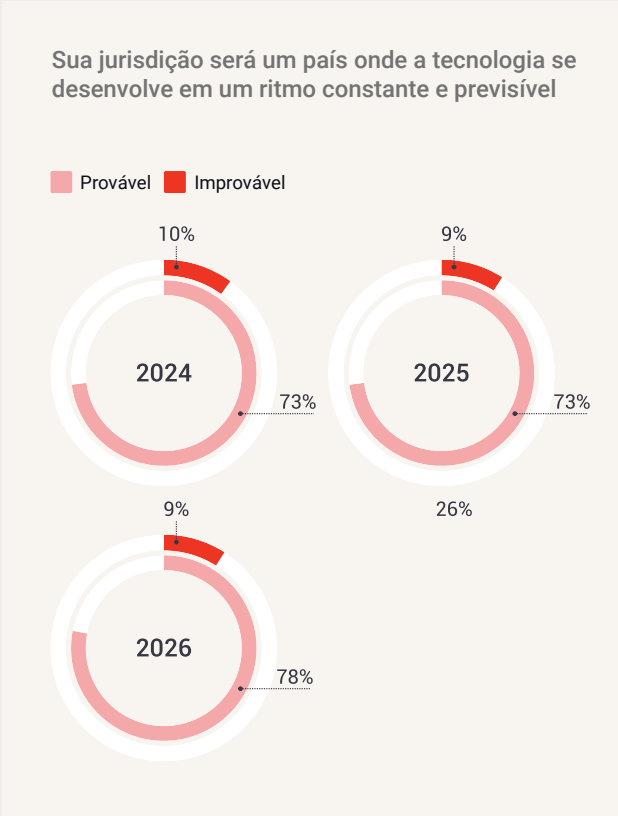
“O que a IA realmente significa na prática? O ritmo das mudanças acelerou muito nos últimos dois ou três anos. Antes, era preciso planejar com dois ou três anos de antecedência a implementação de novas políticas, procedimentos e tecnologias. Atualmente, essa aceleração oferece uma oportunidade real – estamos sendo bastante ponderados em termos do que podemos fazer com a IA, com as pessoas e com as empresas.” – Expert da TMF Group na área de RH e folha de pagamento

As empresas buscam eficiência e precisão por meio da tecnologia

Em 2026, 78% das jurisdições esperam que a tecnologia avance a um ritmo consistente e previsível, um aumento em relação aos 73% dos anos anteriores. Apenas 9% esperam imprevisibilidade, refletindo uma grande confiança de que o progresso tecnológico continuará sem grandes interrupções.

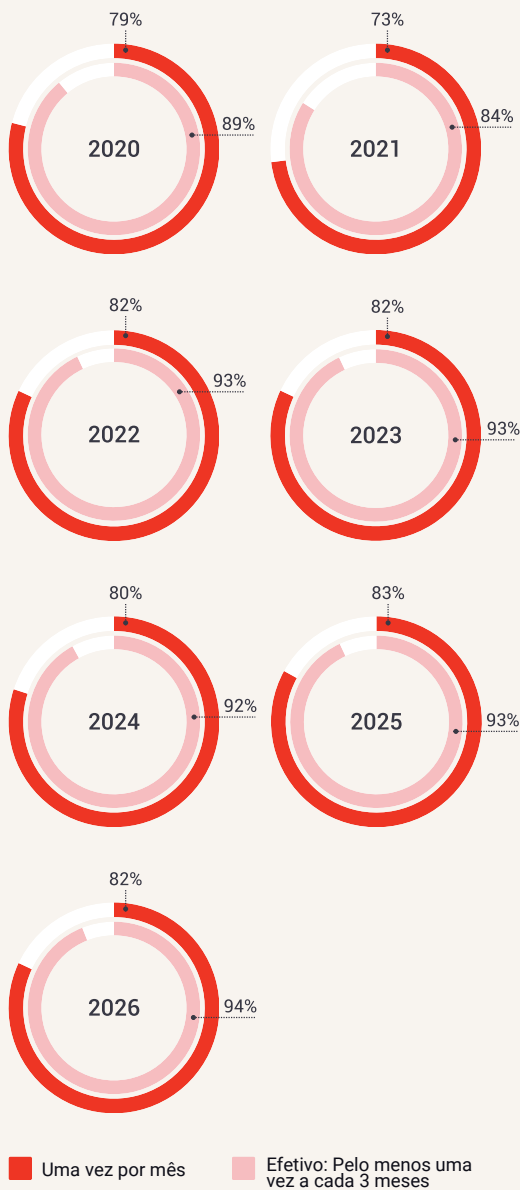


O rápido avanço da adoção de IA está obrigando as organizações a buscarem um equilíbrio cuidadoso entre inovação e a preservação de seus pontos fortes essenciais, com líderes cada vez mais conscientes de que nem todo avanço trará valor sustentável. As organizações

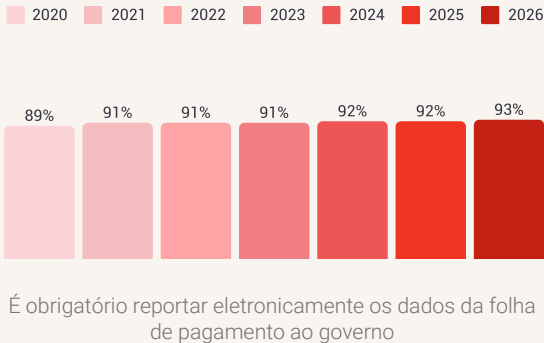


O uso da tecnologia também está sendo impulsionado pelas exigências das jurisdições para que os dados da folha de pagamento sejam reportados eletronicamente, o que vem aumentando de forma constante, passando de 89% em 2020 para 93% em 2026. A frequência de envio dos relatórios também aumentou, com 94% das jurisdições exigindo-os pelo menos a cada três meses. Para empresas que operam em múltiplas jurisdições, qualquer aumento na eficiência desses processos regulares por meio de novas tecnologias trará benefícios ampliados.

Frequência de reporte de dados da folha de pagamento



Nesta jurisdição, as organizações são obrigadas a reportar eletronicamente os dados da folha de pagamento ao governo



O ritmo destas mudanças tecnológicas acelerou significativamente nos últimos anos. Isso exige que as organizações sejam proativas e permaneçam atualizadas sobre os novos acontecimentos. Antes, as organizações tinham um plano de médio prazo para novas políticas, procedimentos e tecnologias, com os desafios de curto prazo relacionados à implementação abrindo caminho para benefícios de longo prazo. No entanto, como o cenário tecnológico evolui tão rapidamente, a abordagem para implementar mudanças tornou-se muito mais desafiadora e reativa, à medida que novas tecnologias se tornam disponíveis. Além disso, com a precisão e a confiabilidade sendo requerimentos essenciais dos processos da área de RH e folha de pagamento, as empresas também são cautelosas ao adotar e implementar novas soluções. Isso significa que as empresas buscam segurança e validação de seus pares antes de fazer investimentos significativos em tecnologia, uma vez que essas decisões podem mudar fundamentalmente as operações comerciais.

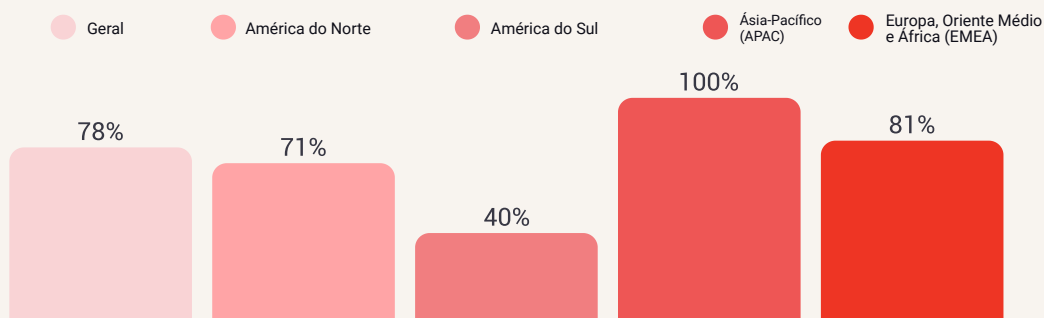
“Existe uma grande demanda por tecnologia que simplifique tarefas complexas e com grande volume de dados em RH e folha de pagamento, mas as empresas precisam de segurança quanto aos investimentos que estão fazendo, caso pretendam investir ou mudar fundamentalmente a forma como operam.” – Expert da TMF Group na área de RH e folha de pagamento

A tecnologia impulsiona a simplificação na maioria das jurisdições

Em 2026, 78% das jurisdições relatam que a tecnologia está reduzindo a complexidade, destacando seu impacto positivo nos processos administrativos e no compliance. O efeito é mais acentuado na região da APAC (86%) e na EMEA (81%), enquanto a América do Sul (60%) e a América do Norte (71%) apresentam índices menores.

Ainda assim, essa trajetória é um claro indicador do papel que as ferramentas digitais e a automação continuam desempenhando na otimização das operações comerciais em todo o mundo.

Esta é uma jurisdição em que a tecnologia está reduzindo a complexidade



Efetivo: De acordo

03

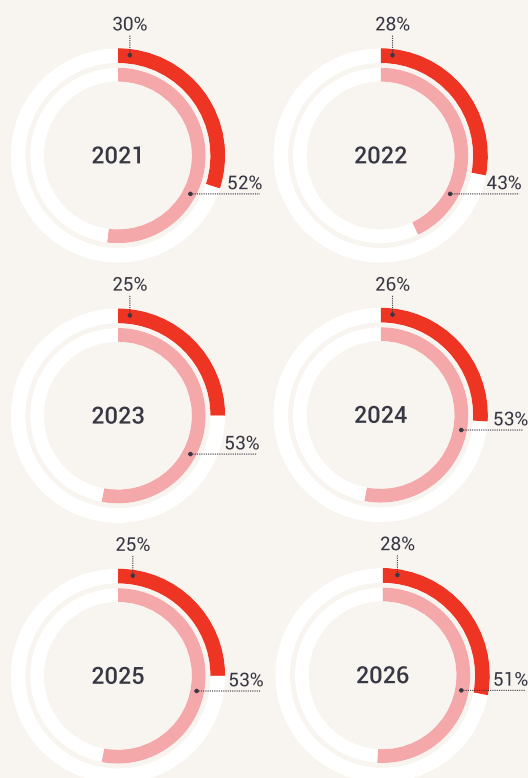
Gestão global de entidades

A expectativa das jurisdições quanto à complexidade futura permanece estável

Estabelecer e operar entidades internacionalmente continua sendo uma tarefa complexa para as empresas, com exposição constante a mudanças nas regras, requerimentos regionais e procedimentos intrincados. Essas complexidades criam um cenário de incerteza para aqueles que gerenciam estruturas internacionais.

Gestão de entidade/SPE – Complexidade prevista para os próximos cinco anos

■ Jurisdições que concordam que a gestão de entidades/SPEs se tornará mais complexa nos próximos cinco anos ■ Jurisdições que concordam que nada mudará com relação à gestão de entidades/SPEs nos próximos cinco anos



E, de acordo com os entrevistados em 2026, 28% das jurisdições preveem que a gestão de entidades se tornará mais complexa nos próximos cinco anos. Ao mesmo tempo, pouco mais da metade (51%) acredita que a complexidade permanecerá inalterada. Essa estabilidade nas perspectivas é consistente com os três anos anteriores, sugerindo que, embora as expectativas gerais sejam estáveis, as complexidades persistentes da gestão multijurisdicional indicam que as empresas não podem partir do princípio de que os processos serão mais simples no futuro.

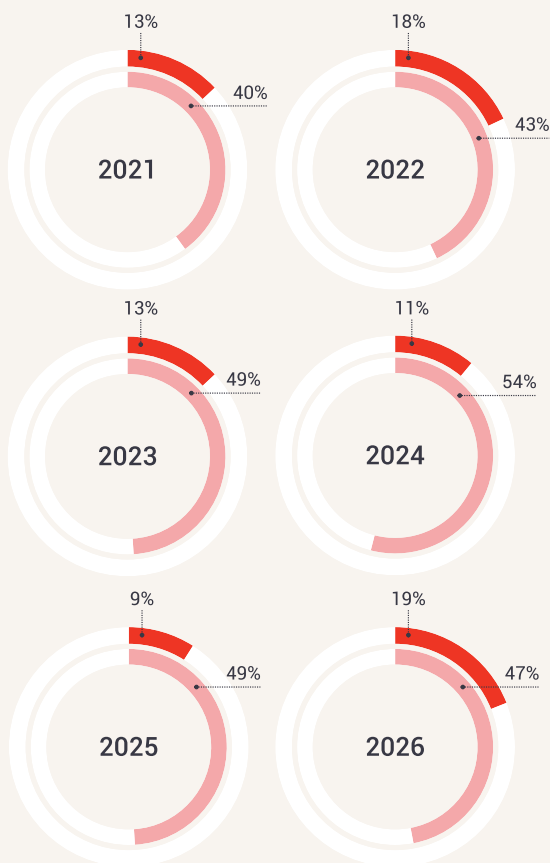
“Muitas coisas boas estão acontecendo em termos de simplificação. As diretivas da UE visam à harmonização sempre que possível. A declaração de beneficiários finais (UBOs) é um bom exemplo disso, pois, embora haja um movimento positivo em torno dessa ideia, ela ainda não foi implementada. Desta forma, as empresas ainda enfrentam muita complexidade na prática.” – Expert da TMF Group na área de gestão global de entidades

A incerteza regulatória persiste à medida que as expectativas de complexidade diminuem

As frequentes mudanças legislativas continuam gerando incerteza e risco operacional para as empresas, dificultando o planejamento a longo prazo e a garantia da compliance contínuo. No que diz respeito à gestão de entidades, lidar com ajustes regulares de regras e requerimentos processuais complexos acarreta custos e desafios adicionais.

Expectativa de simplificação de regras, regulamentos e penalidades nos próximos cinco anos

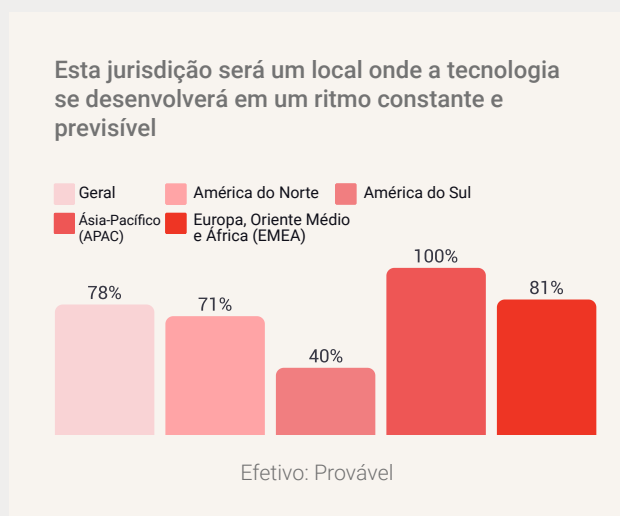
■ Mais simples ■ Mais complexas



Em 2026, 47% das jurisdições analisadas também preveem que as regras, regulamentos e penalidades se tornem mais complexos nos próximos cinco anos, uma ligeira queda em relação ao ano anterior. Enquanto isso, a parcela de respondentes que prevê simplificação dobrou para 19%, embora ainda represente uma visão minoritária. Esses sinais iniciais sugerem uma mudança de perspectiva, mas a maioria ainda prevê aumento da complexidade. As organizações devem permanecer atentas e preparadas para as demandas contínuas de compliance, garantindo que disponham de estratégias robustas para gerenciar as mudanças regulatórias.

Os avanços tecnológicos estão simplificando as operações comerciais

O impacto da tecnologia na redução da complexidade corporativa cresceu de forma uniforme ao longo do último ano. Em 2026, 78% das jurisdições relatam que a tecnologia está se desenvolvendo em um ritmo constante e previsível, um aumento em relação aos 73% registrados em 2025.



A proporção de jurisdições que preveem que a tecnologia se desenvolva em um ritmo constante e previsível também aumentou de 73% para 78%. Isso reflete a crescente confiança nas soluções digitais e em sua capacidade de simplificar processos, melhorar o compliance e facilitar a condução de operações comerciais em muitos mercados.

“Não podemos ignorar o impacto da tecnologia e da IA, tanto em nossos clientes quanto, obviamente, na forma como prestamos serviços. As empresas que conseguirem se adaptar mais rápido poderão tirar proveito disso.”
– Expert da TMF Group na área de gestão global de entidades

Apesar disso, ainda existem diferenças regionais, com a região da APAC liderando com 100% das jurisdições prevendo um desenvolvimento tecnológico constante e previsível em 2026. A região da EMEA também demonstra alta confiança, com 81% citando agora um progresso tecnológico constante, e a América do Norte com um índice de 71% de otimismo em relação a avanços tecnológicos constantes. Em contrapartida, a América do Sul fica para trás, com apenas 40% esperando que a tecnologia avance de forma constante e previsível. Esses números destacam que, embora a digitalização continue tornando as operações globais mais eficientes, seus benefícios são distribuídos de forma desigual.

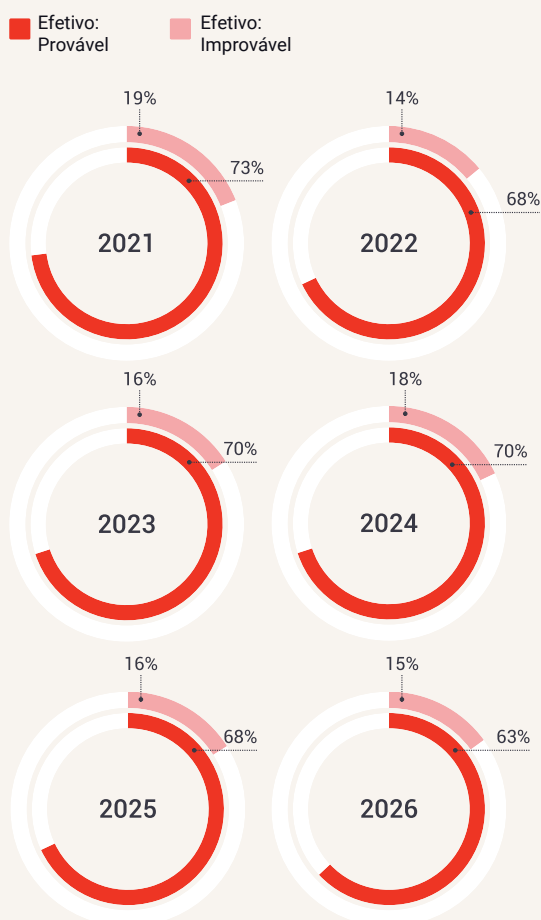
“A UE é muito complexa, com muitas regras diferentes. Isso se aplica à região da APAC, mas não observamos o mesmo desejo de harmonização por lá.” – Expert da TMF Group na área de gestão global de entidades

A instabilidade geopolítica e as frequentes mudanças nas políticas impactam a complexidade da gestão global de entidades

Como era de se esperar, a instabilidade política e geopolítica continua impactando a gestão global de entidades. 63% das jurisdições pesquisadas em 2026 esperam estabilidade nos próximos cinco anos, uma queda em relação aos 68% registrados no ano anterior. Embora a maioria ainda preveja estabilidade, a tendência demonstra o aumento da incerteza e a diminuição da confiança nas perspectivas de médio prazo. Desta forma, as recentes mudanças governamentais e as alterações nas políticas – em diversas jurisdições – estão tornando o ambiente corporativo mais imprevisível.

A frequência destas mudanças políticas tem um efeito semelhante. A adequação constante às leis, regulamentos e requerimentos administrativos em constante evolução demanda recursos significativos e aumenta o risco operacional. Essas condições dificultam o planejamento de longo prazo e frequentemente acarretam custos inesperados.

Previsão de estabilidade política e geopolítica nos próximos cinco anos



No entanto, é notável que a China Continental se destaca neste contexto. Em vez de se tornarem avessas ao risco, as empresas chinesas continuam demonstrando disposição para explorar novas oportunidades e expandir internacionalmente em uma grande variedade de setores. Essa busca por crescimento sugere que, mesmo em meio a desafios políticos e regulatórios, alguns mercados permanecem dinâmicos e com ambições globais.

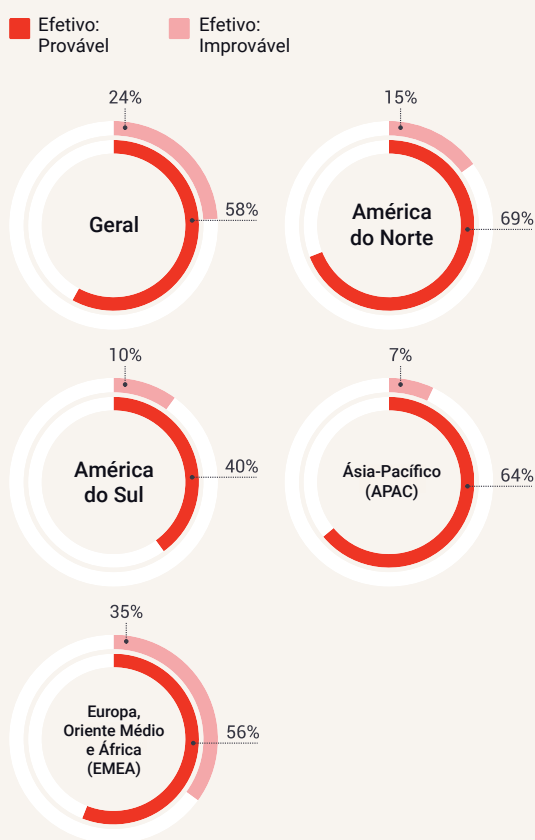
“Apesar da instabilidade política, as empresas chinesas podem se mostrar mais abertas ao mundo exterior. Os setores de saúde, varejo, fintech e agrotecnologia já expandiram seus negócios na China Continental e agora estão buscando formas de impulsioná-los ainda mais. Apesar de toda a complexidade e dos desafios, as empresas continuam buscando novas oportunidades e esses corredores comerciais continuarão crescendo.”
 – Expert da TMF Group na área de gestão global de entidades

Em um nível mais macro, porém, a expectativa é de que a complexidade persista, com apenas uma pequena parcela das jurisdições prevendo qualquer tipo de simplificação nas regras e procedimentos nos próximos anos. Esse ambiente de instabilidade contínua e mudanças frequentes exige que as empresas sejam excepcionalmente ágeis em suas estratégias de compliance e gestão de entidades. Nesse cenário, as empresas devem permanecer atentas, monitorar de perto os movimentos regulatórios e manter abordagens flexíveis para garantir o compliance contínuo e minimizar interrupções.

Liderada pela EMEA, a expectativa de mudanças legislativas aumentou, enquanto a APAC prevê menos alterações

Em 2026, 24% das jurisdições, no geral, esperam mudanças legislativas significativas nos próximos cinco anos, um número praticamente inalterado em relação ao ano anterior, o que sugere uma perspectiva global estável para a reforma regulatória. As regiões da América do Norte e América do Sul permanecem com perspectivas parecidas. A EMEA se destaca, com 35% considerando que mudanças legislativas significativas são improváveis, um aumento em relação aos 29% registrados em 2025, enquanto a APAC apresentou um declínio acentuado, com apenas 7% considerando que mudanças são improváveis, em comparação com 21% registrados no ano anterior.

A jurisdição não mudará significativamente a sua legislação nos próximos cinco anos



No entanto, os dados anuais destacam tendências regionais divergentes. A probabilidade percebida de mudanças legislativas drásticas cresceu mais na EMEA, sugerindo que as empresas nessa região enfrentam um risco maior de novas exigências de compliance. Em contrapartida, a queda dessa perspectiva na APAC sinaliza uma maior estabilidade regulatória, o que pode proporcionar uma perspectiva operacional mais tranquila para as empresas que atuam nessa região.

As jurisdições que preveem mudanças legislativas mais frequentes são também com maior probabilidade de esperar um aumento na complexidade regulatória. À medida que os requerimentos de transparência e as expectativas de compliance aumentam, principalmente em regiões que antecipam agendas legislativas ativas, as empresas devem priorizar a adaptabilidade nas funções de governança e compliance para permanecerem resilientes diante das mudanças.

“Para a UE, trata-se de uma intensificação dos seus esforços para consolidar o seu lugar na economia global. Acredito que será muito interessante acompanhar esse processo e talvez daqui a 10 anos possamos olhar para trás e dizer: este foi o ponto de virada da harmonização.”
 – Expert da TFM Group na área de gestão global de entidades

Conclusão

O ranking deste ano destaca a variação contínua na complexidade corporativa em todo o mundo. Os mercados mais complexos – liderados pela Grécia, México e Brasil – continuam caracterizados por frequentes mudanças regulatórias, alta carga administrativa e requerimentos digitais em constante evolução. Em contrapartida, as jurisdições menos complexas, incluindo as Ilhas Cayman, Dinamarca e Jersey, se beneficiam de regulamentações simplificadas, infraestrutura digital e caminhos de compliance mais claros.

Em todas as linhas de serviço, vários temas consistentes emergem. Na área contábil e fiscal, os governos estão acelerando o reporte digital, expandindo as exigências de faturamento eletrônico e promovendo o alinhamento fiscal global por meio do BEPS da OCDE e do Pillar Two. Essas mudanças aumentam as demandas operacionais de curto prazo, mesmo que apoiem a transparência de longo prazo. A complexidade da área de RH e folha de pagamento continua sendo impulsionada por novas legislações trabalhistas, requerimentos de transparência salarial e diferenças regionais significativas em regras trabalhistas, benefícios e disponibilidade de talentos. Enquanto isso, a área de gestão global de entidades permanece sendo moldada pela incerteza geopolítica, atualizações legislativas regulares e expectativas crescentes em torno da governança e da prestação de contas. A digitalização continua a desempenhar um papel central em todas as áreas da administração de empresas, com muitas jurisdições relatando melhorias nos tempos de processamento, na eficiência administrativa e na previsibilidade do compliance à medida que novas tecnologias são adotadas. No entanto, o ritmo e o impacto da transformação digital variam amplamente entre as regiões.

De modo geral, as descobertas deste ano refletem um ambiente operacional em que a complexidade continua sendo uma característica definidora dos negócios multijurisdicionais. Embora o ímpeto regulatório e a adoção digital estejam remodelando os cenários de compliance, o grau de mudança difere substancialmente de acordo com a jurisdição. Compreender essas dinâmicas locais – e como elas evoluem a cada ano – permanece sendo essencial para as organizações que se expandem internacionalmente e gerenciam operações em múltiplos mercados.

Metodologia

O Índice Global de Complexidade Corporativa foi criado pela TMF Group, os experts em complexidade corporativa global e local, e o Savanta, uma agência especializada em pesquisa de mercado. Combinando o conhecimento específico do assunto com uma sólida base de dados e análises, o GBCI 2026 baseia-se em uma robusta pesquisa multimétodo. O índice é gerado a partir de uma análise aprofundada dos especialistas em mercado da TMF Group em 81 jurisdições, e os dados também são comparados aos resultados da pesquisa utilizados no GBCI do ano passado.

O estudo abrange as três principais áreas da administração corporativa:

- Contabilidade e impostos
- Gestão global de entidades
- Recursos humanos e folha de pagamento

Os dados para cada jurisdição foram estatisticamente ponderados e combinados para produzir uma pontuação de complexidade geral, bem como uma pontuação em cada uma das três áreas. Os gráficos são baseados nos resultados da pesquisa ao longo de 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026.

Aqueles que responderam “não sei” na pesquisa foram excluídos da análise e dos gráficos.

Sobre o Savanta

O Savanta (www.savanta.com) é uma empresa de dados, pesquisa e consultorias em rápido crescimento. Ajudamos empresas de diversos setores a tomar decisões fundamentadas e acelerar seu progresso. Eliminamos a dúvida por meio do uso de dados potencializados, consultoria de alto impacto e tecnologia empoderadora.

Nós tornamos um mundo complexo simples

A TMF Group é uma provedora líder de serviços administrativos essenciais, ajudando clientes a investir e operar com segurança em todo o mundo.

Com mais de 13.000 colaboradores distribuídos por 125 escritórios em 87 jurisdições, todos trabalhando com os mesmos altos padrões de serviço e segurança, oferecemos aos nossos clientes a expertise local onde ela é mais necessária.

Somos uma parte importante da governança de nossos clientes, prestando os serviços contábeis, tributários, de folha de pagamento, de administração de fundos e de gestão de entidades que são essenciais para o seu sucesso. Garantimos que as regras sejam respeitadas, que as reputações sejam preservadas e que o compliance operacional seja mantido.

Nosso modelo de serviço e plataforma tecnológica globais colocam nossos clientes no controle de seus portfólios de entidades e localizações globais. Os insights sobre os dados que fornecemos os mantêm informados sobre a regulamentação emergente, o status de sua própria atividade e quaisquer pontos de risco.

Atendemos empresas, instituições financeiras, gestores de ativos, investidores de private equity e em mercados imobiliários, e family offices. Nossos clientes incluem a maioria das empresas Fortune Global 500, FTSE 100 e as 300 principais firmas de private equity.

A TMF Group é um parceiro confiável e estável, com sólida saúde financeira e concentrado em fornecer um serviço impecável aos nossos clientes.

Se você está operando em um ou em vários países, com poucos ou milhares de funcionários, fornecemos o suporte indispensável para os negócios de que você precisa para expandir, operar e crescer com segurança, em todos os lugares.

www.tmf-group.com

TMF
GROUP

Embora tenhamos adotado medidas razoáveis para fornecer informações precisas e atualizadas nesta publicação, não damos nenhuma garantia, expressa ou implícita, a este respeito. As informações estão sujeitas a alteração sem aviso prévio. As informações contidas nesta publicação estão sujeitas a mudanças legais (fiscais) em diferentes jurisdições em todo o mundo. Nenhuma das informações contidas nesta publicação constitui uma oferta ou solicitação de negócios, uma opinião relativa a nossos serviços, uma recomendação para participar de qualquer transação ou nos contratar como consultoria jurídica, fiscal, financeira, contábil ou de investimentos. Nenhuma ação deve ser tomada com base nestas informações sem prévia consulta a um profissional independente. Nós não nos responsabilizamos por quaisquer perdas ou danos que venham a ocorrer caso você use as informações aqui contidas ou se baseie nelas. Esta é uma publicação da TMF Group B.V., P.O. Box 23393, 1100 DW Amsterdã, Holanda (contact@tmf-group.com). A TMF Group B.V. faz parte da TMF Group, que consiste em um grupo de empresas com atuação global. Qualquer empresa do grupo não é um agente registrado de outra empresa do grupo. Uma lista completa dos nomes, endereços e detalhes da situação jurídica das empresas estão disponíveis em nosso website: <http://www.tmf-group.com>. B.V. © 2026, TMF Group B.V.